

No décimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, realizou-se a 1 2 centésima quadragésima sétima Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis, em 3 caráter ordinário, no Auditório do Centro de Saúde da Trindade, sito na Rua Odilon Fernandes 4 com a Av. Prof. Henrique da Silva Fontes, ao lado do TITRI, Florianópolis / SC. Florianópolis / 5 SC. Presidente: Carlos Alberto Justo da Silva. Conselheiros representantes das entidades-6 membro presentes: Entidades Populares: 1. CCT - CONSELHO COMUNITÁRIO DA TAPERA: 7 CONSELHEIRO TITULAR EDSON ESTANISLAU K. SOUZA. 2. CCPan - CENTRO COMUNITÁRIO 8 PANTANAL: CONSELHEIRA TITULAR CARMEM SOUTO; CONSELHEIRA SUPLENTE ALBERTINA 9 SOUZA. 3. FCM - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MULHERES: CONSELHEIRA SUPLENTE CECÍLIA LIMA; 4. CONFIA – CONSELHO COMUNITÁRIO DOS LOTEAMENTOS JARDIM ANCHIETA: 10 11 CONSELHEIRO TITULAR APARECIDA ELI COELHO; CONSELHEIRO SUPLENTE WANDERLEY VARGAS FILHO. **5. PASTORAL DA PESSOA IDOSA** - ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS: 12 13 CONSELHEIRA TITULAR LEONILDA DELOURDES GONÇALVES; 6. UFECO - UNIÃO 14 FLORIANÓPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS: CONSELHEIRO TITULAR MARCOS CESAR 15 PINAR. Entidades não governamentais que atuam com portadores de Patologias Crônicas: 7. 16 AMUCC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PORTADORES DE CÂNCER: CONSELHEIRA TITULAR MARIA CONCEIÇÃO SANTOS. Entidades Sindicais das Associações Patronais: 8. SINDCARGAS-17 18 SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA DE FLORIANÓPOLIS: CONSELHEIRA 19 TITULAR VALDETE CARDOSO LOBO. Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de 20 Saúde: 9. SIMESC - SINDICATO DOS MÉDICOS DE SANTA CATARINA: CONSELHEIRO TITULAR 21 RENATO JOSE ALVES DE FIGUEIREDO. 10. CRO/SC-CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE 22 SANTA CATARINA: CONSELHEIRO TITULAR ADALTON VIEIRA; CONSELHEIRA SUPLENTE 23 VALESKA MADDALOZZO PIVATTO. Prestadores de Serviços: 11. SINDILAB - SINDICATO DOS 24 LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, PATOLOGIA CLÍNICA E ANATOMO-CITOPATOLOGIA DO 25 ESTADO DE SANTA CATARINA: CONSELHEIRO TITULAR CARLOS THEISS. Governo Municipal: 12. SME - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: CONSELHEIRA TITULAR GIORGIA WIGGERS; 26 27 13. SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: CONSELHEIRA TITULAR EDENICE REIS DA 28 SILVEIRA; CONSELHEIRA **Suplente** daniela baumgart de liz calderon; **14. semas –** 29 Secretaria Municipal de Assistência Social CONSELHEIRA SUPLENTE MILENA GABRIELA 30 CAMPAGNOLO. 15. SMI - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA: CONSELHEIRO TITULAR JOÃO HENRIQUE QUISSAK PEREIRA. Ausentes: Entidades Sindicais e Associações de 31 Trabalhadores: 1. ASAPREV- ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA 32 PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS: 2. SINTRAFESC- SINDICATO DOS 33 34 TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DE SANTA CATARINA; 3. OAB- ORDEM DOS 35 ADVOGADOS DO BRASIL. Entidades Sindicais e Associações de Profissionais de Saúde. 4. 36 SINDFAR/SC- SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Entidades 37 Sindicais e Associações de Trabalhadores em Saúde no Serviço Público: 5. SINDPREVS/SC -SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL 38 39 DE SANTA CATARINA; 6. SINDSAÚDE/SC - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA SAÚDE DE 40 FLORIANÓPOLIS. Prestadores de Serviço: 7. AHESC. ASSOCIAÇÃO DE HOSPITAIS DO ESTADO 41 DE SANTA CATARINA CLÍNICA E ANATOMO-CITOPATOLOGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 42 Governo Estadual: 8. SES- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA. Ausências 43 Justificadas: 1) JANAINA DEITOS - FCM - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MULHERES; 2) IRMA 44 MANUELA PASO MARTINS - INSTITUTO ARCO IRIS; 3) FRANCISCO TEIXEIRA NOBRE - AFABB-

46

47

48

49 50

51 52

53

54

55

56 57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69 70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87 88

89

90

91

92

93

94

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BANCO DO BRASIL EM SANTA CATARINA; 4) ULMAR PEREIRA – AMUCC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTADORES DE CÂNCER; 5) DOUGLAS KOVALESKI - UFSC. Outros participantes: 1. GERUSA MACHADO -SECRETÁRIA EXECUTIVA CMS; 2. WERNER FRANCO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO CMS; 3. SILVIA GRANDO AGUILA – SOCIÓLOGA CMS; 4. MAURI ANTONIO DA SILVA – ESTAGIÁRIO DE SERVIÇO SOCIAL CMS; 5. MAIARA MENES - ESTAGIARIA DE SERVIÇO SOCIAL CMS; 6. ANILTON GRACILIANO BARDANÇA - CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DO CAMPECHE; 7 KARIN GIOVANELLA - CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DO PIRAJUBAÉ; 8. LEA MARIA VIEIRA - CONSELHO LOCAL DE SAÚDE CENTRO; 9. VALTER EUCLIDES DAS CHAGAS - CLS RIO TAVARES; 10. JARDEL DE OLIVEIRA - SMS; 11. LUIZA AGGE - VISA/SMS; 12. MARIA KRAUSE -ABRALE; 13. ELLEN PEREIRA — RESIDENTE UFSC; 14. ANA CRISTINA VIDOR — GERENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. A pauta da reunião 147 do pleno do conselho foi a seguinte: 1. Aprovação da ata de nº 146, de 28 de novembro de 2017; 2. Informes dos Conselhos Locais de Saúde; 3. Apresentação da REMUNE (Relação Municipal de Medicamentos); 4. Apresentação do Plano de Ações da Vigilância em Saúde 2017-2019; 5. Informes da Vigilância Epidemiológica; 6. Informes Gerais; e 7. Sugestão de Pontos de Pauta para a próxima Reunião de nº. 148, em fevereiro de 2018. Consta que o Presidente, conforme determina o Regimento Interno, abriu os trabalhos, as 13:30 hs, em segunda chamada, passando a palavra à Secretaria Executiva do Conselho, Sra. Gerusa, dando boas vindas a todos e anunciando que esta é a última plenária do ano. Agradece a presença de todos e, em especial, aos que participaram do VII Fórum dos Conselhos Locais seguido de confraternização de encerramento das atividades, no último dia sete de dezembro. Agradece a colaboração de todos os conselheiros que viabilizaram as confraternizações de hoje e também a do dia sete de dezembro. E acrescenta que o ano foi de muitas lutas em prol da saúde da cidade e por isso esses momentos de confraternização são muito importante, para unir ainda mais os conselheiros! 1. APROVAÇÃO DA ATA 146º. 1.1 Gerusa informa que a Ata foi enviada, na semana passada, para conhecimento e colaborações de todos. As alterações recebidas por e-mails já foram consideradas. Pergunta se os presentes tem mais alguma alteração a fazer? Sem novas alterações, a ata é colocada em votação: Ata 146º de 28 de novembro de 2017, aprovada por unanimidade, 15 votos. Importante destacar que todas as atas estão no Portal do Conselho, após aprovação, encontram-se disponíveis para acesso público. E são alvos de análise das auditorias que são realizadas na Secretaria Municipal de Saúde. 1.2 Apresentação dos Calendários de Reuniões de 2018. 1.2.1 GERUSA realiza a leitura dos calendários e coloca para apreciação e votação, visando a oficialização dos mesmos. Primeira Leitura: Calendário de Reuniões da Câmara Técnica, lembrando que as reuniões ocorrem na terceira terça-feira do mês. Segunda Leitura: Calendário de Reuniões da Mesa Diretora, ocorrem na segunda terça-feira do mês. Terceira Leitura: Calendário da Sessão Plenária, ocorre na última terça-feira do mês. Em regime de votação: É aprovado por unanimidade, 15 votos, o calendário de reuniões do CMS para 2018. Os mesmos serão anexados a esta ata e serão amplamente divulgados. 2. INFORMES DOS CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE. 2.1 PRESIDENTE convida os conselheiros locais para o uso da palavra. Não havendo manifestação, passa-se para o próximo ponto de pauta. 3. APRESENTAÇÃO DA REMUME (Relação Municipal de Medicamentos). 3.1 PRESIDENTE ressalta que é muito importante falar sobre o REMUME, pois chegam aos usuários informações equivocadas, por exemplo, os usuários falam que no Centro de Saúde não tem o remédio prescrito na receita. Cita o caso de um usuário que foi atendido por especialista no Hospital Celso Ramos e o médico colocou na receita o nome comercial da medicação. Ao ir retirar o medicamento na farmácia no Centro de Saúde no Continente, não havia esta medicação. Importante divulgar que nas farmácias dos Centros de Saúde existe a medicação relacionada na REMUME. Os Conselheiros tem que conhecer esta relação de medicamentos e orientar as pessoas. Também esta relação sofre atualização e ocorre substituição de

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135136

137

138

139

140

141

142

143

144

medicações, por exemplo, anti-hipertensivos mais antigos, são substituídos por outros que o grupo técnico da Secretaria avalia como mais novos e adequados. "Nós temos uma comissão que se dedica, com evidência científica, a cuidar da Relação de Medicamentos. Não pode faltar na rede de saúde municipal medicações presentes na REMUME. Esta é uma relação padronizada. E é importante que todos os médicos coloquem o nome genérico da substância e não o nome comercial. E, quando, a população receber a medicação, tratar pelo nome genérico da substancia ativa e não pelo nome comercial". 3.2 JARDEL CORRÊA DE OLIVEIRA, Coordenador da Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica, da Secretaria Municipal de Saúde com a palavra, informa que a intenção desta apresentação é trazer as atualizações realizadas na relação dos medicamentos do município. Segundo ele todas as alterações e inclusões nesta Relação devem ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde. "Desde a última atualização que foi que feita na lista, tivemos duas inclusões de medicamentos. Um deles foi mupirocina. Anteriormente tínhamos neomicina para uso tópico, uma pomada a base de antibiótico, que foi retirada por questões de pouca eficácia e de segurança, por riscos que ela trazia quando usada em grande quantidade. No seu lugar foi padronizada e já está disponível na rede municipal a pomada de mupirocina, que serve para tratar de infecções de pele superficiais. O segundo medicamento incluído é de uso otológico para infecção externa do ouvido, uma condição para qual não dispúnhamos de nenhuma opção farmacológica anteriormente, nem no município, nem na relação nacional de medicamentos. Ele ainda está em processo de compra e logo estará disponível. Fizemos a inclusão no município e pouco tempo depois o próprio Ministério da Saúde emitiu um parecer incluindo ele também na lista nacional. De medicamentos substituídos, havia disponível na rede clotrimazol como creme dermatológico para tratamento de infecções superficiais por fungos, que não era o mesmo que estava na Relação Nacional de Medicamentos do Ministério da Saúde (RENAME), que continha na sua padronização miconazol tópico. Em análise realizada previamente, não se identificou diferença de eficácia entre esses dois medicamentos. O município tinha pra tratamento de infecções por fungos, os medicamentos tópicos: clotrimazol para uso na pele e miconazol para uso vaginal. No entanto, apesar da eficácia semelhante, parecia haver uma preferência dos prescritores por miconazol. Trabalhadores das farmácias da rede municipal identificavam com frequência a prescrição de miconazol creme vaginal para o tratamento de lesões fúngicas na pele, enquanto havia o clotrimazol para esta finalidade. Já que, além da eficácia semelhante, a apresentação para uso cutâneo de ambos os medicamentos tem custo e oferta de mercado equivalentes, a opção foi substituir clotrimazol por miconazol tópico, adequando-se a lista nacional e a preferência dos prescritores. Com isso espera-se também um impacto financeiro positivo, porque miconazol creme vaginal, que vinha sendo usado para o tratamento de infecções de pele, é mais caro que miconazol de uso cutâneo. É de conhecimento do Conselho que no ano passado tivemos dificuldades para aquisição de medicamentos. Naquela época tentamos racionalizar o máximo possível. Analisamos nossa lista de medicamentos para identificar aqueles que já necessitariam de uma análise quanto a possibilidade de exclusão por apresentarem dúvidas quanto à eficácia. Aproveitamos esse momento para revisar 4 (quatro) medicamentos que acabaram sendo excluídos: 1) VITAMINA DO COMPLEXO B - já não constava na relação do Ministério da Saúde. Pesquisamos a literatura e não encontramos evidências para complexo B como suplemento vitamínico ou para tratamento de alguma enfermidade. Há indicações para algumas vitaminas específicas contidas dentro do complexo B, mas em geral em dose diferente das que estão disponíveis nesse tipo de forma farmacêutica, que contém várias vitaminas num único medicamento, mas em dose baixa. Outro problema é que não há uniformidade na dose das vitaminas do complexo. Alguns laboratórios fabricam com maior ou menor quantidade de uma ou de outra vitamina e em geral com uma concentração insuficiente para tratar as situações que realmente precisariam da vitamina, ou seja, se você necessita tomar alguma vitamina específica contida

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182 183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

no complexo B, este polivitamínico não contém habitualmente quantidade suficiente para o tratamento. As doses de vitamina B12, B6, B1 não estão em quantidades suficientes no polivitamínico para tratamento de condições clínicas, não havia recomendação do uso deste suplemento para gestantes, nem relação de suplementação de vitamina para prevenção de câncer e doenças cardíacas. Uma situação que consideramos é a necessidade que algumas pessoas que tem dieta vegana (que não consomem nada de fonte animal) têm de suplementação de vitamina B12, em que o complexo B não proporciona a quantidade necessária dessa vitamina. Optamos pela exclusão deste fármaco. 2) CINARIZINA 75 mg também um medicamento que não constava na lista nacional do Ministério da Saúde, na RENAME. Há um risco considerável de pessoas que tomam cinarizina de maneira contínua ou frequente de desenvolverem sintomas semelhantes a doença de Parkinson, o que exige cuidado com o uso deste medicamento. Embora ele seja indicado para tratamento de alguns quadros que popularmente são chamados de labirintite, quadro de tonturas giratória, tipo vertigem, temos na rede outras opções para esse tipo de condição, como dimenidrinato e eventualmente até diazepam. Mas mesmo nessas situações que precisamos recorrer ao medicamento, em geral a indicação dele é de uso por um período breve, porque ajuda a melhorar o quadro, mas também pode levar a uma persistência maior do sintoma. Alivia, mas demora mais a melhorar o quadro como um todo. Em geral, os medicamentos nem são a primeira linha de tratamento dessas condições. Quando a pessoa tem um quadro de vertigem em que se poderia utilizar tais medicamentos, o tratamento inicial e mais eficaz consiste em umas manobras que podem ser feitas no consultório com o paciente. Como cinarizina 75 mg não é a escolha principal de tratamento para essas condições, pelo risco de causar sintomas semelhantes a doença de Parkinson e por termos outras opções de medicamento disponíveis, optamos pela exclusão de cinarizina 75 mg. 3) TIABENDAZOL POMADA - praticamente não se prescrevia mais. Já esteve no passado na lista do Ministério e depois foi retirado. Nas nossas farmácias, acontecia de vencer o prazo de validade do medicamento pelo baixo consumo. É usado para tratar Larva Migrans (Bicho Geográfico). Esses quadros costumam evoluir com melhora espontânea dentro de uma semana, mas quando há necessidade de medicamentos, nós dispomos de alternativas a essa pomada, como ivermectina e albendazol, que a literatura traz como opções de primeira linha para o tratamento. Por isso tibendazol pomada foi excluída. 4) VITAMINA C (Ácido Ascórbico) - Medicamento que também não constava na Relação Nacional de Medicamentos. Não foram encontradas evidências científicas que justificassem seu uso como suplemento. Antigamente vitamina C foi usada para tratamento de gripe, mas hoje os estudos mostram que ela não interfere na evolução dessa doença. Uma indicação para uso dessa vitamina é o que se chama de escorbuto, mas não é uma doença comum no nosso meio. O uso dele, em geral, não era por esse motivo, por isso não havia justificativa do ponto de vista epidemiológico para que se mantivesse esse medicamento na lista municipal. Foram estas as modificações feitas no último ano." 3.3. CONSELHEIRO RENATO: Quantos medicamentos nós temos hoje na rede? 3.4 JARDEL OLIVEIRA: "Temos cerca de 200 medicamentos padronizados, incluindo aqueles que as pessoas podem pegar nas unidades de saúde e outros que são de uso interno exclusivo de serviços de urgência e emergência, como a UPA e o SAMU. Se forem olhar a Relação Municipal de Medicamentos o número é ainda maior, pois a versão disponível para consulta traz informação de todos os medicamentos que algum cidadão pode ter acesso no município através do SUS, pois ela inclui aqueles adquiridos pelo Estado ou pela União que são fornecidos mediante protocolo para algumas condições específicas em que se abre processo na farmácia escola (Hospital Universitário). Esta lista atualizada, que segue a lógica de apresentação atual da lista nacional, está disponível no site da Secretaria Municipal de Saúde." 3.5 CONSELHEIRO EDSON: O sulfato ferroso está na Lista? Tem Unidade de Saúde que não tem na farmácia. Está disponível em comprimido ou em gotas? 3.6 JARDEL OLIVEIRA: Continua na lista, tanto em comprimido

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

como em gotas. A parte de compras é de responsabilidade da Gerência de Assistência Farmacêutica. Atualmente a programação para aquisição de medicamentos é feita para o período de um ano. Algumas situações de falta são levadas para discussão na CFT (Comissão de Farmácia Terapêutica), quando implica em algum problema que necessite de orientação para os profissionais da rede sobre as alternativas terapêuticas disponíveis, como quando ocorreu a falta de penicilina no país por problema com a produção. Não sei especificar exatamente o problema que houve com sulfato ferroso comprimido, mas todos os medicamentos padronizados na lista foram incluídos na compra com previsão para abastecer um ano. Se está em falta, provavelmente é por problema com o fornecedor, que às vezes alega estar sem o medicamento para entregar, ou pede para renegociar o preço ou mesmo para cancelar o contrato." 3.7 CONSELHEIRA MARIA: Comentário a respeito das medicações excluídas: elas são excluídas porque não constam mais na relação do Ministério da Saúde? Como é feita esta exclusão? É baseada na questão financeira ou no bem estar do paciente? 3.8 JARDEL OLIVEIRA: "Nós temos critérios, seja para inclusão ou exclusão, que constam no Regimento da Comissão, disponível no site da Secretaria da Saúde. Procuramos olhar os medicamentos que constam nas listas de referência do Ministério da Saúde e também da Organização Mundial da Saúde, que tem uma lista que serve de referência para a organização das listas de diferentes países. Observamos o que há de indicação para uso dos medicamentos numa lista e na outra e comparamos com o que dispomos na nossa. É claro que tem a questão do financiamento para a aquisição. A legislação do SUS prevê um financiamento tripartite, com um quantitativo de repasse per capita da União e do Estado, mais uma parte do município para adquirir os medicamentos da atenção básica ou primária, que são estes que ficam disponíveis nas unidades de saúde. Se compramos um medicamento que está na lista do Ministério, podemos usar esse dinheiro para compra. Se optamos por padronizar algo diferente do que está na lista do Ministério, esse medicamento deve ser adquirido com recursos somente do município. Mas na prática isso não restringe a inclusão de um medicamento que seja necessário, porque o custo que o município arca com a compra de medicamentos ultrapassa em muito o que está previsto como mínimo na legislação. E o custo não é o foco principal na decisão de incorporar ou excluir um medicamento. Ele é considerado de maneira secundária . Vamos dizer que fizemos um estudo para seleção de medicamentos e identificamos que eles tem eficácia e segurança semelhantes, que são os principais critérios avaliados. Nesse caso, analisamos outras informações: quantos produtores tem no mercado; dentre esses que são semelhantes em termos de eficácia e segurança, qual tem custo mais barato; se existem algumas particularidades, como necessidade de ficar em geladeira, de algum cuidado especial no transporte, entre outros. Desde que tenham a mesma eficácia e segurança, procura-se priorizar aquele que tem maior número de produtores, menor custo, facilidade de estocagem, armazenamento e transporte. Nesse caso vamos para outros critérios secundários, mas o custo não é o critério principal a ser avaliado. A informação do custo por vezes é utilizada para identificar alguma possibilidade de otimizar os gastos com a aquisição de medicamentos. Ao analisarmos os dez itens da nossa lista municipal que estão consumindo mais recursos, por exemplo, se identificamos algum medicamento que possa ser reavaliado, por dúvidas quanto a sua eficácia ou segurança ou por sabermos de novos estudos que indicam a possibilidade de existir um medicamento mais seguro e eficaz, ou ao menos com eficácia e segurança semelhante, mas com custo menor, então um parecer técnico e científico é realizado para apurar essas informações. E a mudança é feita somente se os estudos confirmarem essa percepção inicial. Ou seja, o foco principal de análise para seleção sempre é buscar o medicamento com melhor eficácia e segurança para pessoa que vai precisar dele. E isso inclui avaliar se o medicamento já possui registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Não há como emitir parecer para incluir algo não aprovado pela ANVISA, pois nem estará disponível no mercado brasileiro. Isso muitos vezes indica que tal medicamento ainda

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

está em fase de testes para comprovar sua segurança ou eficácia. Além desse dois critérios principais e outros que já foram citados, também procuramos observar: comodidade de uso, se é um medicamento que conseguimos utilizar para mais de uma situação na prática clínica, se vai ter um uso mais amplo, e quanto tempo tem de mercado, pois isso dá mais segurança quanto aos efeitos adversos que o medicamento possa apresentar. Quando identificamos um medicamento na nossa lista que não está na do Ministério, procuramos identificar qual o motivo. Avaliamos se há algum parecer do Ministério que permita excluirmos o medicamento ou se temos condições epidemiológicas ou dados de eficácia e segurança que apontem que o medicamento deve permanecer na padronização do município. Exemplo: escopolamina, usado para cólica, é um medicamento que o Ministério já excluiu há uns anos atrás. Já discutimos a possibilidade de exclusão, mas identificamos um estudo que apontava esse medicamento como melhor opção para tratamento de uma doença chamada de síndrome do intestino irritável. Decidimos que é necessária uma análise mais aprofundada e decidimos mantê-lo na lista municipal até realizar essa avaliação." 3.9 CONSELHEIRO RENATO: O que acrescentou na REMUME para tratamento de vômitos e náuseas para crianças? 3.10 JARDEL OLIVEIRA: "Por enquanto mantemos a padronização que tínhamos. Veio há alguns anos atrás a restrição para uso de metoclopramida em pessoas com até 18 anos de idade. Chegamos a fazer um levantamento de dados e de outras opções de medicamentos. Vimos que a contraindicação de uso é para crianças abaixo de um ano, uma faixa etária em que praticamente não há medicamento alternativo com dose estabelecida para tratamento de enjoo e vômitos. Em algumas exceções, utilizam-se medicamentos que também são usados para a saúde mental, como antipsicóticos. Entre um ano e dezoito anos de idade, metoclopramida não é contraindicado. Nessa faixa etária deve-se cuidar com o uso pela possibilidade de reações adversas. Chegamos a fazer contato com a indústria e optamos por padronizar nas maletas de emergência das unidades medicamentos que podem ser utilizados caso tais reações ocorram. De qualquer forma, estamos para retomar essas análises, pois saiu um estudo, no ano passado, sobre os efeitos adversos de metoclopramida em crianças, mostrando que, em geral, os efeitos são transitórios, leves e autolimitados. E a impressão é que talvez haja algum interesse da indústria por trás das restrições ao uso desse medicamento." 3.11 CONSELHEIRO RENATO: Questiona sobre o que deve ser usado? 3.12 JARDEL OLIVEIRA: "Continuamos recomendando a utilização de metoclopramida." 3.13 CONSELHEIRO RENATO: "Sério! Isso precisa ser divulgado." 3.14 JARDEL OLIVEIRA: "Foi feito um documento, logo no ano que saiu uma informação da indústria, com a inclusão das restrições de uso na bula do medicamento, e foi divulgado para rede toda, já faz alguns anos. Inclusive com as orientações de medicamentos a serem utilizados em caso de efeitos adversos, conforme contato que fizemos com a própria indústria para sanar algumas dúvidas sobre essas mudanças na época." 3.15 CONSELHEIRA EDENICE: Parabeniza os trabalhos que a CFT - Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica - vem fazendo, é a comissão mais antiga da Secretaria. " Acabamos de passar por um curso do Hospital Sírio-Libanês, cujo foco era o trabalho com evidência, formação com evidência, e a CFT era nosso grande exemplo, foi citada o tempo inteiro. E, o Jardel, uma pessoa que está há bastante tempo, quero parabenizar, através do teu nome, todo o trabalho que estão desenvolvendo na comissão e a seriedade que tu vens trabalhando e dizer que Florianópolis é uma referência para o Brasil. O Jardel vem sendo convidado para trabalhar no Ministério da Saúde. Devido a todo o trabalho que Florianópolis vem desenvolvendo em relação a CFT, trabalhando com evidências. A pergunta que a Maria fez é importante, para mostrar que nada é feito sem uma busca de evidência. Isso só é possível, até esse momento, pela seriedade dos nossos profissionais da Secretaria e de todos da comissão. Me sinto orgulhosa de fazer parte desta rede de profissionais tão comprometidos com a saúde da população, parabéns!" 3.16 PRESIDENTE: ressalta a importância de entendermos que, na verdade, no mundo inteiro, o complexo médico industrial tenta terminar exatamente com o

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321 322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

que é feito aqui. "Que é a ideia de buscar a evidência científica com critérios adequados e não critérios de mercado e de merchandising que ficam, muitas vezes, colocando capítulos e programas semanais, em redes nacionais, patrocinados, com promoções sem saber que quem está por trás disso é o complexo médico industrial incentivando esse tipo de incorporação tecnológica. E a maior ameaça para as redes de saúde no mundo é a importação tecnológica acrítica. Essa importação tecnológica acrítica percebemos como grandes equipamentos, mas não é nos grandes equipamentos que a gente está fazendo uma perda da capacidade das redes de atenção da saúde, é com a importação tecnológica acrítica: os chamados protocolos não submetidos em evidências científicas. São introduzidos medicamentos sem qualquer evidência científica e, muitas vezes, quando se trocam pequenas partículas da fórmula, simplesmente, para buscar uma patente por mais 20 anos e, a partir daí, simulando o nome da medicação, dizendo que é uma medicação nova, e com isso garante mais uma patente por mais 20 anos. Precisamos ter gente competente aqui, não compromissada com o mercado, para nos dar esse horizonte de segurança e eficácia nesse processo. Quando se troca de medicamento é um processo muito sério, não pode ser por modismo ou propaganda, tem que buscar eficácia e segurança como instrumentos norteadores. Na Secretaria, neste ano, nunca a gestão sequer enviou para a CFT pedidos para a retirada de algum medicamento por ser muito caro ou por ser muito barato, nunca entramos neste tipo de situação. A nossa perspectiva, neste ano, foi ter gasto R\$ 12.000.000,00 com medicamentos, e vamos gastar, aproximadamente, R\$ 16.000.000,00 no ano que vem em medicamentos. Isso é muito mais que o governo federal orienta ou nos obrigaria a ter. Nossa rede é uma das mais complexas do país e mostra, claramente, uma característica técnica muito forte. Tivemos alguns problemas com medicamentos, decorrência de dificuldades financeiras, estamos tentando recuperar a capacidade instalada, mas sempre vão ocorrer problemas pontuais: seja do ponto de vista do fornecedor ou de logística nossa. Precisamos estudar para o ano que vem uma logística que saia da ideia dos depósitos localizados. Tenho que sair da logística de que o almoxarifado só distribui remédios uma vez por semana, ou duas vezes por semana, que não consegue atender "Just in time" (Tradução: na hora certa. É um sistema de administração da produção que determina que tudo deve ser produzido, transportado ou comprado na hora exata). Realmente precisa manter estoque setorial, mas com uma logística de entrega mais frequente de abastecimento da rede. Não pode acontecer na rede de uma medicação faltar e só ser abastecido daqui uma semana, quando vier do almoxarifado. É necessário mais rapidez. Isso parte da mudança de logística: de almoxarifado, de armazenamento e de outro sistema de rastreamento com código de barras dos medicamentos para possibilitar a rastreabilidade e controle de entrega e distribuição. Há um caminho a percorrer para termos a segurança da medicação efetivamente chegar ao paciente. Parabéns para a equipe CFT e é muito bom para o Conselho, independente da gestão, saber que pode contar com profissionais de nível técnico elevado na Secretaria para dar este tipo de segurança. A Comissão funciona bem quando ela não tem problema de gerência da questão administrativa dentro dela e tem autonomia para dar os pareceres. E, nesta gestão e nas gestões passadas, Já conseguiram conquistar isso. Parabéns!" 3.17 CONSELHEIRO EDSON: "Dr. Jardel, desde o tempo em que era médico no CS Tapera, tinha uma caixinha de medicamentos usados para emergência, não precisava ir até a Policlínica. Por que não pode ser colocado novamente, foi solicitado várias vezes, mas os pedidos não foram respondidos?" 3.18 JARDEL OLIVEIRA: "Pelo que eu saiba, esta caixa de emergência tem em todas as unidades para uso interno." 3.19 CONSELHEIRO EDSON: "Alguns medicamentos faltavam, cansamos de fazer ofício solicitando e não foram recebidos os medicamentos." 3.20 JARDEL OLIVEIRA: responde que não tem conhecimento que esteja faltando medicamentos. "Os itens que pertencem a caixinha atendem a uma lista padronizada. Existe a lista publicada no site da Secretaria com os medicamentos que as pessoas podem retirar nas unidades. É uma lista do que está disponível. Alguns medicamentos são exclusivos

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387 388

389

390

391

392

393

394

de uso interno, para atendimento de emergência, em UPAs, e não são para as pessoas levarem para casa. Temos duas situações: medicamentos injetáveis que existem nas unidades, independente da caixa de emergência, e essa caixa, com uma relação de medicamentos definida que ela deve conter. Isso é reposto e abastecido através dos pedidos das unidades. Precisaria verificar, especificamente, a situação na Tapera. Em princípio, era para estar regular." 3.21 CONSELHEIRO EDSON: reafirma que nunca esteve regular. No entanto, se prontifica a verificar e depois reportar a situação encontrada. 3.22 CONSELHEIRO RENATO: Sobre o acesso aos remédios controlados. " Os usuários CS Itacorubi, que é a Unidade em que trabalho, tinham acesso a retirada da medicação no CS Trindade, o que era mais fácil de chegar, iam a pé e não necessitavam pegar ônibus. A informação que temos, atualmente, é que o CS Trindade está sobrecarregado na questão de distribuição de medicação. Antes, o CS Itacorubi já teve acesso aos remédios controlados no CS Trindade; depois, por estar no Distrito Leste, retirava no CS Lagoa da Conceição ou no CS Saco Grande e, agora, por estar no Distrito Centro, mas não poder ter acesso a retirada no CS Trindade, os moradores tem acesso ao CS Saco Grande e não mais no CS Lagoa da Conceição, está é a informação que passamos aos usuários. Já há uma solicitação, desde o início desta problemática, de que o CS Trindade pudesse estar distribuindo medicamento controlado. Gostaria de saber como está o andamento disto, pois facilita para o usuário. Sem dúvida a retirada da medicação controlada no CS Trindade é melhor opção que as outras duas unidades, mas o mais adequado é que o CS Itacorubi pudesse estar distribuindo. O que é que falta hoje para que isso possa se tornar uma realidade?" 3.24: PRESIDENTE: "Estamos discutindo a reestruturação da política de medicação como um todo com os farmacêuticos. Há algumas restrições, vivemos num país muito cartorial, por exemplo, para algumas demandas está especificado em documentos que necessita de tantos farmacêuticos. Para poder atender isso, teria que duplicar ou triplicar o número de farmacêuticos na rede e isso esbarra em questões financeiras. Finalizamos os estudos e estamos vendo a possibilidade de fazer uma outra farmácia de medicamentos especializados na antiga policlínica do centro (prédio INSS), tendo em vista o estrangulamento da Farmácia Escola da UFSC, que já não comporta mais atender a cidade como um todo. Estamos vendo a questão de distribuição regional. Estamos estudando o plano de Reestruturação da Farmácia como um todo, discussões coletivas na saúde, Departamento de Inteligência, farmacêuticos e AssFar (Assistência Farmacêutica) e equipe da Farmácia Escola, está liderando este processo de reestruturação na rede. A partir daí poderemos dizer como serão as alterações, repeitando o objetivo de usuário ter a solução no seu centro de saúde. Estamos fazendo credenciamento de laboratórios especialista perto da região (norte, sul) para evitar o deslocamento de pacientes, reorganizado a rede. O rastreamento do produto, desde a compra e a distribuição (para quem foi entregue), organiza a demanda. Levando sempre em consideração o número de farmacêuticos e o número de farmácias que temos. Algumas farmácias são possíveis de fazer projeto de expansão, outras não, serão considerados no estudo de distribuição por regional. Estamos em discussão com o processo da Odontologia, da Farmácia, cada área com seus diagnósticos, visando melhorar na rede. Agradecemos a CFT e ao Dr. Jardel Oliveira." 4. APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE 2017-2019. 4.1 LUIZA AGE – Fiscal em Vigilância em Saúde e Chefe da Fiscalização da Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde. O objetivo da apresentação do Plano de Ações no Conselho é submeter à aprovação para a continuidade deste trabalho. "O Plano é uma pactuação de ações da Diretoria de Vigilância em Saúde, maior parte são ações de Vigilância Sanitária, mas tem ações de Vigilância Ambiental e Promoção de Saúde que pactuamos com a Diretoria de Vigilância do Estado. Isso já é feito há 10 anos, antigamente era anual e, desde 2014, é feito a cada 3 anos. Tivemos o Plano 2014 a 2016 e esse trata do período 2017 a 2019. Descreve todas as ações que pretendemos realizar anualmente, em números, durante os três anos. São 171 ações que envolvem fiscalização de diversos produtos,

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

desde interesse da saúde como alimentos, medicamentos e produtos para a saúde. As únicas ações que o município de Florianópolis não pactuou são: a fiscalização das indústrias de medicamentos e as análises de Projetos de Serviços de Saúde Hospitalares, responsabilidades da Vigilância Estadual. Temos um número reduzido de arquitetos e engenheiros para realizar este tipo de análises, assim, desafoga a Vigilância do município para atender empresas menores e as clínicas. O Plano também envolve programas de águas e desastres. Apresentamos o número de ações que faremos, passa para aprovação do Conselho e depois e informamos, anualmente, para o Estado o que realmente é feito. A apresentação está nos anexos desta ATA." 4.2 CONSELHEIRA GIORGIA: questiona que as tabelas foram apresentadas de forma rápida, não havendo condições e tempo hábil para os conselheiros analisarem o Plano. Principalmente as informações sobre os cadastros, inspeções e licenças. 4.3 LUIZA AGE: Os cadastros são dentro dos tipos de atividades, o número de inspeções a serem feitas e depois o número de licenças a serem emitidas. 4.4 CONSELHEIRA GIORGIA: as inspeções são as que foram feiras? 4.5 LUIZA AGE: "Não, são as que serão realizadas. Estamos pactuando o que pretendemos fazer. Para tudo que é fiscalização é assim. Outras ações como, processo administrativo, recebimento de denúncias que não são cadastro, inspeção e licença." 4.6 CONSELHEIRA MARIA: Solicita que a apresentação seja disponibilizada para os Conselheiros. 4.7 PRESIDENTE: "A apresentação do Plano será encaminhada para todos. O Ministério da Saúde cobra da Vigilância Estadual um planejamento para autorizar os repasses de financiamento da vigilância. Temos que encaminhar um número x de procedimentos a serem feitos, pactuamos esses procedimentos com o Estado, o Estado valida e envia para o Ministério da Saúde, e o Ministério da Saúde, baseado nisso, passa autorizar o repasse dos recursos para o município. Mensalmente, prestamos contas se estamos atingindo as metas que propomos ao Ministério da Saúde, só que isto é feito via Estado. Encaminhamos para o Estado (o Estado recolhe de todos os municípios) e encaminha para o Governo Federal. O Governo Federal passa a fazer a centralização do orçamento necessário para as vigilâncias. O acompanhamento é feito mensalmente e quando a meta não é realizada, o Ministério corta o repasse financeiro." 4.8 CONSELHEIRA GIORGIA: faz questionamentos sobre os resultados das inspeções em 2016. "Para entendermos o que estamos pactuando para frente. Para vermos as metas que podemos atingir." 4.9 PRESIDENTE: "Este Plano é pactuação de 2017, 2018 e 2019, completamos este documento que é gerado pelo sistema. O ministério envia para a Secretaria do Estado e eles remetem para a Secretaria Municipal de Saúde. As classificações, as caixas e códigos vem prontos, apenas preenchemos ou não, e eles aprovam ou não nosso plano. A partir daí vem o recurso." 4.10 CONSELHEIRA GIORGIA: segue perguntando qual nossa média de alcance das inspeções? 4.11 LUIZA AGE: "Para esclarecer, esses números colocados nos cadastros, inspeções e licenças eles são baseados nos últimos anos. No sistema de vigilância do município temos uma ideia dos tipos e números de estabelecimentos e quantos devemos inspecionar e, por conseguência, licenciar. Então, é baseado no que fizemos nos últimos anos." 4.12 CONSELHEIRA GIORGIA: "O que fica em zero é por que realmente não cabe? "4.13 LUIZA AGE: "O que fica em zero é porque várias atividades não temos aqui no município, não temos o que cadastrar." 4.14 CONSELHEIRA GIORGIA: "Informações sobre Inspeção de creches e Unidades Educativas. O número 50 é o que vão atingir?"4.15 LUIZA AGE: "Sim, é o mínimo que vamos atingir pra fazer a inspeção." 4.16 CONSELHEIRA GIORGIA: "Temos muito mais unidades escolares que isso, deveriam fazer no mínimo, em todas as unidades municipais." 4.17 LUIZA AGE: "É que, para várias atividades, não temos pernas para fiscalizar tudo. Por isso colocamos, na pactuação, o mínimo. Registramos o que conseguimos. O problema é não atingirmos a meta colocada, por isso estabelecemos metas menores". 4.18 PRESIDENTE: "Para entender, a gente coloca o mínimo, por exemplo, obtemos o repasse de R\$ 200.000,00 por mês para atender as metas previstas. Se colocamos muito acima daquilo que podemos realizar e não alcançamos, os recursos são cortados. Desta forma, compactuamos com o

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469 470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482 483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

Estado o mínimo, para garantir os recursos. Isso não significa que não temos condições de ampliar isso. Outra coisa é a ideia que passamos para a vigilância, uma ideia de fiscalização antecipada. A ideia não é fiscalizar todas as unidades, mas sim uma amostragem, por risco e etc. e garantir, mesmo que na questão cartorial ser uma tarefa, se debruçar sobre algumas e efetivamente fiscalizar. Gostaria de não fiscalizar nenhuma unidade da prefeitura, por exemplo: por serem tão boas e obedecerem as regras, poderíamos nos dedicar a outras. Infelizmente, temos que continuar fiscalizando as unidades da Prefeitura também. Não existe sistema de Auditoria que consiga atender. Temos em torno de 25 a 30 mil estabelecimentos, não temos condições de cobrir tudo." 4.19 CONSELHEIRA GIORGIA: Algumas Unidades foram fiscalizadas e gerou uma demanda para Secretaria de Educação que teve que passar todos os profissionais pelo Médico de Família para aquisição do Atestado de Saúde. Isso onerou outras instâncias. Se temos as nossas Unidades em condições favoráveis e o foco serão as outras, então não onerem as nossas, pois vamos onerar a própria Saúde, pois este profissional terá que passar pelo Médico de Família para adquirir o Atestado de Saúde, exigência da Vigilância. E são 60, 70, 90 profissionais das unidades que a Vigilância exigiu o atestado neste ano." 4.20 ANA VIDOR – Gerente de Vigilância Epidemiológica: "este debate sobre priorização dos riscos é importante, para não reduzir a ações cartoriais que se referiu o Secretário: a vigilância emite um Alvará, e o quanto da população seguiu protegida por aquele Alvará? É importante nos darmos contas onde nós, cidadãos, corremos risco. Onde mais corremos riscos é dentro dos serviços de saúde e, historicamente, nossos serviços e organização de fiscalização da vigilância acabaram se concentrando muito mais em outros serviços de risco menores do que na alta complexidade, onde pessoas podem, inclusive, morrer se a vigilância não atuar de forma adequada. Onde a vigilância atinge, mesmo que não em todos os lugares, começa a provocar esse processo de reflexão sobre os processos de trabalho e as pessoas começam a mudar. Isso é importante. Então, se provocou uma determinada mudança na Secretaria de Educação com a solicitação de atestado de saúde para os que realizam a manipulação de alimentos." 4.21 CONSELHEIRA GIÓRGIA: O documento que recebemos são para todos os profissionais. 4.22 ANA VIDOR: "Concluindo, devemos verificar qual a evidência das intervenções que nos propomos, porque às vezes são ações protocolares e não temos o impacto na saúde que gostaríamos que tivesse. As ações vem protocolares desde o Ministério da Saúde, mas estamos que trabalhando no processo de reflexão interna, mesmo pactuando o mínimo nesta apresentação, para termos a liberdade para atuarmos mais onde as pessoas possam ficar mais protegidas. Essa é uma lógica que é importante que todos entendam até para poder nos apoiar". 4.23 PRESIDENTE: Todo o profissional que trabalha na área da saúde tem que ter a Carteira de Vacinação. Ele não pode ser um risco para terceiros. É exigido atualização com a vacinação. Para proteger as crianças é necessário Carteira de Vacinação atualizada e o Atestado de Saúde. 4.24. CONSELHEIRA GIÓRGIA: Isso já prerrogativa de contrato desse público e das merendeiras que são terceirizadas. Agora, solicitar inspeção de saúde para os profissionais e educadores, que no contrato já tem que apresentar isso, acabou gerando mais transtorno do que benefício. 4.25 PRESIDENTE: " Mas se todos já tem e conseguem prestar conta, não é necessário fazer outro. É importante a vistoria, pois sempre tem alguém que não fez ou vai fazer. O papel da vigilância é garantir a saúde da população como um todo. E cada vez mais a vigilância está saindo dessa ideia cartorial e fazendo avaliação de risco. Se não temos condições de fiscalizar tudo, devemos fazer avaliação de risco e verificar quais são aqueles espaços que apresentam mais riscos para a população e dedicar mais tempo para estes. Por exemplo, qual o interesse de fiscalizar uma sapateiro, uma sapataria? Ao invés de fiscalizar profissionais da área da podologia? pois pode ser uma porta de entrada para infecções. Temos que avaliar riscos. Tivemos uma reunião recente com o presidente da ANVISA, Sr. Jarbas, onde foi tratado a avaliação de risco em detrimento as ações cartoriais e emissões de alvarás sanitários para todos. Há lugares em que há manifestação do indivíduo e

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537538

539

540

541

542

543

544

há outros lugares que tenho que preservar a autonomia da capacidade da fiscalização de ir fiscalizar em loco. Pactuamos apenas na questão primária da saúde, alguma coisa na média complexidade e não pactuamos internação toda a plena por que não temos pernas para isso. Algumas ações ficaram na alçada da Secretaria do Estado, pois não temos pernas e nem equipe para fazer. Então, para a população ter garantias, é o Estado que as realiza, por exemplo, clínicas radiológicas, radioterapia." 4.26. CONSELHEIRA GIÓRGIA: "Sugestão: já que são muitos itens a inspecionar, que entre na pauta do Conselho, durante o ano, para que possamos acompanhar esses itens. lembro ter visto o retorno da vigilância, há muito tempo atrás, sobre alguns pontos em que chamamos a atenção. Mas em relação as inspeções, realmente, não me recordo de ter visto, pontualmente, uma reunião para tratar sobre isso. São extremamente relevantes e necessários deixar essa pauta pré- agendada." 4.27 CONSELHEIRO ADALTON: "Mesmo na iniciativa privada, só é fiscalizado, aquele que quer regularizar sua situação. Isto é, quem vai na vigilância solicitar um alvará sanitário, esse é fiscalizado. Aquele que não tem nem alvará e que nunca pediu, nunca foi fiscalizado. Talvez seja essa dificuldade de recursos humanos e de fiscal, que deixa a desejar neste tipo de fiscalização. Só quem pede alvará é que é fiscalizado. Quem quer regularizar a situação, é fiscalizado. Quem não pede alvará, não é fiscalizado. Eu sei disso porque conheço profissional que tem consultório particular que não tem alvará, nunca regularizou a situação e nunca foi fiscalizado. E a gente tem que renovar todo ano o alvará e somos fiscalizados." 4.28 LUIZA AGE: "Não é exatamente assim. trabalhamos também com atendimento de denuncia, vamos em estabelecimentos que nunca tiveram alvará e orientamos a regularização e também ações de busca ativa tem sido realizadas. Desde o mês passado foram realizadas no sul da ilha, no leste, no norte (Ingleses e Jurerê), também no centro da cidade e tivemos acões nos Shoppings. Busca ativa é isso: verificar se os estabelecimentos estão regulares. Os que não estão, intimamos para regularizar ou, dependendo do tempo em que estão irregulares, aplicamos penalidades. Então, não é exatamente assim, que só quem tem alvará é fiscalizado. É claro que para fiscalizar uma cidade deste tamanho, com tantos estabelecimentos, é necessário uma equipe muito maior. Priorizamos na busca ativa estabelecimentos de alimentação, saúde, venda de cosméticos, visitamos os estabelecimentos que oferecem maior risco à população". 4.29 CONSELHEIRO EDSON: "Questiona sobre Lanchonetes que foram denunciadas e não foram fiscalizadas. Denúncias realizadas no Pró-cidadão. Exemplo de denúncia realizada: telefonema denunciando um cidadão que faz espetinho, prepara a carne no banheiro, onde ele mora, no apartamento. Foi denunciado várias vezes e não houve 4.30 LUIZA AGE: "Necessário verificar o número da denuncia. Todas as denúncias que entram pelo sistema, tanto através do Pró-cidadão e pelo site da Prefeitura são atendidas, inclusive é controlado, mensalmente, quais as denúncias que não foram atendidas é cobrado dos fiscais para quem foi passado a denúncia. Quanto ao telefone, estamos em 16 locais da cidade, com exceção da Secretaria, os demais locais não contam com administrativo, neste caso é complicado o atendimento por telefone. Então, no meio dos períodos: meio da manhã e no meio da tarde: a maioria dos fiscais estão em campo fazendo inspeção. Por favor, Conselheiro Edson repassa o número desta denúncia que vamos averiguar." PRESIDENTE: "A Secretaria passou a ter uma Auditoria que é responsável para ver se as denúncias realizadas são respondidas e atendidas em tempo. Por telefone fica difícil comprovar, se houve telefonema ou não, há também tem o problema do fiscal atender, pois pode estar em campo e não temos administrativo suficiente. Desta forma, entrar no site e fazer esta denúncia por escrito, a Auditoria responde. E a equipe da vigilância tem conhecimento e cobramos de cada profissional responsável a resposta. E, ainda pode acontecer questões que saem do controle. Repassa para a Luiza os dados da denuncia que irá averiguar. Inicia a temporada e os problemas nas praias, a prefeitura está fazendo uma enquete forte com os ambulantes, com fiscalização, para que tenhamos uma garantia de

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582 583

584

585

586

587 588

589

590

591

592

593

594

qualidade, junto com a Guarda Municipal, esforço grande, inclusive na semana passada tivemos uma reunião para garantir as horas extras para os profissionais que vão trabalhar. O Sr. Leonardo, Diretor da Vigilância em Saúde apresentou a proposta da Vigilância. Para o ano que vem, concordo com o que a Conselheira Giórgia falou, vamos trazer um resumo do que foi pactuado, por área, para podermos avaliar o que foi atingido, se houve avanços. Uma apresentação melhor de ser entendida, com um apanhado do que foi realizado nestes 3 anos. Como a apresentação do REMUME, em que não foi apresentada a Lista de medicamentos, mas apenas as modificações e alterações. Com disponibilização prévia do documento em PDF para conhecimento dos conselheiros. Em regime de votação do Plano de Ações da Vigilância em Saúde período 2017-2019: Aprovado por unanimidade (15 votos)." 4.32. CONSELHEIRA CARMEN: acrescenta que o ideal era que o Plano tivesse sido enviado previamente para os conselheiros analisarem o documento porque no afogadilho é muito difícil captar todas as informações disponibilizadas. 4.33. LUIZA AGE: "Peço desculpas, estamos fazendo a apresentação em caráter de urgência, temos prazo até quinta-feira para entregar aprovado, teremos que fazer todas as ações que não gostaríamos de pactuar agora. Neste ano houve uma troca de gestão no município e o próprio sistema do Estado também estava em manutenção, não tínhamos acesso a nada para informar. Não conseguimos nos debruçar nisto. O ideal era que fosse apresentado no final do ano passado, só que não foi possível em 2016 por conta do FARUS – sistema do Estado não estava pronto. E em 2017, só tivemos a Diretoria na Vigilância em Saúde a partir de maio. A vigilância trabalha "apagando incêndio", não conseguimos fazer antes. A vigilância do estado não colocou um prazo que gostaríamos, então tivemos que colocar na pauta agora, desta maneira rápida. Nos comprometemos a apresentar semestralmente ou trimestralmente as ações que estão sendo desenvolvidas pela vigilância em saúde e sanitária. E o Plano vai ter que ser aprovado, novamente, daqui a 3 anos." 4.34.CONSELHEIRO MARCOS PINAR: Sugestão: apresentar na Câmara Técnica, onde se debatem mais detalhadamente os temas, que depois são apresentados mais resumidamente na Plenária. Por exemplo numa Câmara Técnica Ampliada. 4.35 CONSELHEIRA GIÓRGIA: Critica essa urgência, onde sempre as coisas vêm para o Conselho em cima da hora, no limite de tempo para aprovação. "Estamos aprovando um Plano para 3 anos sem fazer uma discussão, nem na Câmara Técnica, nem junto aos Conselheiros. Acho que isso só cria estresse para vocês técnicos. Já passamos o primeiro ano da gestão e já deu tempo para se apropriarem dos trâmites do Conselho." 4.36 LUIZA AGE: "Neste ano não tivemos como fugir deste estresse. Estou na Vigilância há quase 10 anos, informando pactuação desde 2008. Mas este ano foi difícil unir as áreas, por causa da troca de gestão. São diversas ações, 171, que envolvem todas as gerências da Vigilância em Saúde , e estas gerências não estavam alinhadas a tempo para conseguir discutir. A gestão em Vigilância em Saúde entrou na Operação Verão onde é dado prioridade as ações desenvolvidas nesse período como: dengue, ambulantes, barreiras sanitárias." 4.37 CONSELHEIRA GIÓRGIA: Sugere que seja apresentado na Câmara Técnica para qualificar a discussão e assim favorecer o trabalho dos técnicos. Acrescenta que a apresentação no Conselho seja trimestramente para acompanhamento os resultados . "Para que não só em 2019 façamos a discussão do plano." 4.38 PRESIDENTE: "Para que também o Secretário não veja o Plano pela primeira vez, como vocês, no dia da aprovação em Plenária. Vamos acompanhar aplicação do Plano e os resultados e que tenhamos a sorte de fazer mais que o mínimo pactuado para os próximos 3 anos." 5. INFORMES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIA. 5.1 ANA CRISTINA VIDOR, Gerente da Vigilância Epidemiológica: "Objetivo é compartilhar a apresentação com o grupo, dentro da linha de preventiva e a necessidade de focarmos em ações prioritárias, duas situações importantes do ponto de vista de mudança de perfil epidemiológico no município: 1) Leishmaniose; não é a primeira vez que este Conselho aborda este tema, mas é a primeira vez que vai discutir Leishmaniose com a situação epidemiológica na qual nos encontramos. Breve

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611 612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631 632

633

634

635

636

637 638

639

640

641

642

643

644

histórico: temos cerca de 20.000 mortes por ano de Leishmaniose, é daquelas doenças que são negligenciadas e que acontecem longe do eixo Europa- Estados Unidos, não são destaques na mídia, há não ser nas situações em que estamos vivendo. 90% dos casos no mundo se concentram em sete países, e o Brasil é um deles. Mais de 22.000 casos no país no período de 2010 a 2015, historicamente, com frequência dos casos no Norte e Nordeste. Isso é algumas das alterações que vem ocorrendo no país. A doença está progredindo de forma importante. No Brasil o número está relativamente estável nos últimos anos, mas se verificarmos o sul do Brasil a situação está ficando bem preocupante. A Região Sul não costumava ter registro desta doença e, agora, estão aumentando casos. Óbitos recentes na Região Sul: 3 óbitos em Porto Alegre, com 4 casos confirmados. Apresentação, para ilustração, as regiões sinalizadas com cores mais escuras, são onde tem ocorrências de mais casos no mundo, que são aqueles 7 países. (A apresentação será disponibilizada em anexo a Ata). Florianópolis apresenta 3 casos autóctones, ou seja, registro de 3 casos que ocorreram dentro do município. Locais de ocorrência das transmissões: Rio Tavares, Saco dos Limões e no Pantanal. Apresentação das regiões de maior risco de transmissão no município: em 2010, 23 cães positivos; identificamos em 2017: mais de 110 cães positivos e o ano ainda não acabou. É uma situação importante, polêmica e que precisa de muito debate de todos os atores envolvidos e a sociedade precisa participar deste debate de forma qualificada, para entendermos e enfrentarmos juntos. Casos identificados em 2017: na região norte da ilha (Canasvieiras e Santo Antonio de Lisboa), região central, no continente (Coqueiros e Abraão também, pela legenda, casos antigos 2014 e 2016) e em 2017, uma expansão de casos positivos na região do centro e Saco dos Limões. Casos positivos em humano: Pantanal, Rio Tavares, Saco dos Limões, dois casos no Sul da Ilha. Identificado na legenda por um boneco. Sendo o registro pelo local de residência e não de contaminação. A região leste, onde iniciou, tivemos os primeiros registros de casos em cães em 2006, 2007 e na região sul destaca-se casos em 2017. Temos vários pontos no município que são áreas de transmissão já identificados. Para ver o detalhes das localidades é necessário um mapa maior, com a internet podemos trazer o mapa e ampliar, podemos acessar as localidades. São identificados locais onde o animal costuma transitar, não estamos falando de uma casa ou de um foco, o cão transita, atingindo uma região. É importante estarmos compartilhando essa situação, é importante que todos vão para casa e pensem, porque precisamos trabalhar juntos. O vetor, que chamamos de Mosquito Palha, uma mosquinha, é um vetor que vive na mata, está na "casa" dele, nós que estamos invadindo a "casa" dos vetores, precisamos refletir, por que essa situação iniciou? desequilíbrio ambiental, estamos invadindo os morros, as matas, estamos construindo as casas dentro do mato e os vetores estão no local natural. É diferente da dengue e chicungunha, que abordaremos daqui a pouco, que é o mosquito urbano, que entra em nossas residências. Esse aqui não, nós entramos na "casa" dele. Desta forma, combater o vetor é extremamente difícil. Como vou retirar a orgânica de dentro da mata? não tem como. E isso é uma característica muito importante de Florianópolis, vamos sofrer muito, nos próximos anos, com esse desequilíbrio ambiental que estamos provocando a cada ano. O Plano Diretor, leis, fiscalização estão sendo discutidos, isso é uma questão da Prefeitura como um todo e a Saúde percebe o reflexo disso. Mas a Saúde não tem a capacidade de atuar tanto sobre isso. Por isso é importante que, enquanto cidadãos, estejamos envolvidos nesta discussão." 5.2 CONSELHEIRO WANDERLEY: faz um aparte destacando que quem aprova esse desenvolvimento que está acontecendo em nossa cidade é a Prefeitura. 5.3 ANA VIDOR: "Devemos prestar muita atenção e ocupar todos os espaços de discussões possíveis. O hospedeiro que frequentemente é o cão, não é o exclusivo, mas é o mais frequente, e é o que mais está em contato com as pessoas e ele faz o caminho entre o mato e a casa, pode ser assintomático por vários anos. Isso não significa que não está com Leishmania, o mosquito palha vai picar e vai passar para a pessoa. Sem fazer inquérito nos cães, não descobriremos quais os cães que estão com a Leishmaniose, porque o cão pode não

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656 657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669 670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687 688

689

690

691

692

693

694

estar doente, pode só estar transmitindo para o mosquito, porque é um ciclo: hospedeiro vetor – pessoa. É uma doença que em pessoas se caracteriza por uma doença febril, de difícil diagnóstico, pois pode ser confundida com várias doenças, enquanto não for tratada, pode causar morte em 95% dos casos, é uma doença bastante grave. Se o diagnóstico não é identificado cedo para instituir o tratamento, a pessoa tem um risco grande de morrer. Em Porto Alegre, neste ano foram 3 mortes. E o perigo adicional aqui em Florianópolis, somos uma das capitais com maior número de casos de HIV do país, temos muitas pessoas vivendo com HIV, muitas pessoas doentes, mas muitas pessoas vivendo com HIV de forma equilibrada e saudável. Em uma pessoa não infectada com vírus do HIV, a taxa de mortalidade da Leishmaniose é de 90% a 95%. Na população com HIV positivo a taxa de mortalidade é bem maior. Essa é a situação que estamos vivendo atualmente, precisamos de uma abordagem que seja múltipla e simultânea: 1) controle do vetor, o que significa educação ambiental, orientação que nos arredores das casas não tenha resíduos orgânicos, porque isso atraí o mosquito palha; 2) controle dos hospedeiros; 3) prevenção, diagnóstico e tratamento precoce. Se a pessoa ficou doente com Leishmaniose, precisamos descobrir o mais rápido para poder tratar imediatamente. Felizmente tivemos 3 casos e nenhum óbito. Porto Alegre registrou 4 casos e 3 óbitos. Acho que tivemos, apesar da doença não estar o tempo inteiro na mídia, um pouco de sorte, mas a sorte ajuda quem se ajuda. Tivemos, em todos os casos envolvidos, pessoas que estavam altamente sensibilizadas em contato com esses casos logo de início e pensaram a Leishmaniose como uma das possibilidades de diagnóstico. O primeiro caso, inclusive, é porque a técnica de laboratório pegou o esfregaço e estava procurando outra doença, já tinha trabalhado no LACEN e conhecia a doença. Foi o nosso primeiro caso. É importante que toda a rede de assistência esteja sensibilizada, que façamos diagnóstico rápido. Prevenção intensa, mas fatalmente, pessoas ainda serão atingidas com esta doença e precisamos descobrir o mais rápido possível. É uma doença de notificação obrigatória e imediata; qualquer pessoa que tenha febre por mais de 7 dias, aumento do baço e aumento do fígado tem que ser considerada com suspeita de Leishmaniose e deve ser notificada para a vigilância epidemiológica para ajudar no acompanhamento do caso. Recentemente lançamos este informativo de Alerta, na semana passada, justamente por conta da confirmação do terceiro caso autóctone. Está disponível na página da Prefeitura e na página da Secretaria da Saúde para consultas, para qualquer dúvida entrem em contato com a vigilância epidemiológica. A informação é muito importante. Outra situação para compartilhar são as doenças transmitidas pelo mosquito Aedes Aegypti. Não falamos mais de risco de Dengue ou Sala de Situação de Dengue há mais de um ano. Infelizmente, desde 2014, e mais forte nos últimos dois anos, temos presenciado outras doenças transmitidas pelo mesmo mosquito, isso significa que um problema, acabou se transformando em três problemas. No Brasil, de uma maneira geral, diminuiu a circulação viral dos três agravos: Dengue, Zika e Chicungunha. É importante entender por que isso acontece. Em Santa Catarina, que tem os dados mais atualizados no sul do Brasil, tivemos em 2016 quase 4.400 casos de Dengue confirmados; em 2017 deve fechar com 15 ou 16 casos, isso é dado parcial ainda. Em 2016, a Zika foram 59 casos no Estado, Em 2017, apenas 1 caso até agora. A Zika preocupa, pois pode ser assintomática, muitas vezes; Chicungunha, em 2016, foram 89 casos e estamos, no estado, com 33 casos. Em Florianópolis a situação se repete: muito mais casos em 2016 do que em 2017. Isso significa que os programas estão conseguindo controlar melhor o risco da doença? não, de forma alguma. É importante entendermos, para não provocar uma falsa sensação de segurança e nos levar para uma armadilha muito grande. O que acontece? A Dengue, e a maioria dessas doenças, funciona como uma vacina também, se eu peguei Dengue por um determinado tipo de vírus, não vou ter a Dengue por aquele determinado tipo de vírus de novo, como o sarampo e outras doenças. Quando acontecem grandes epidemias, grande parte da população já foi afetada e, depois, o vírus começa a encontrar cada vez menos gente

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706 707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

suscetível para continuar mantendo a epidemia no mesmo número, e tende a diminuir a circulação viral. É como se fizéssemos o bloqueio vacinal, só que, infelizmente, foi a doença e não foi a vacina. Então, tem muito menos pessoas suscetíveis nas grandes regiões do Brasil que mantiveram a epidemia nos anos anteriores, isso fez com que a situação viral diminuísse. Isso se mantêm por um tempo e depois aumenta novamente o número de casos. O que está acontecendo com Florianópolis e, de uma maneira geral com Santa Catarina e com o Brasil? Foram 10.300 focos identificados este ano. Foi quase 60% a mais do que o encontrado no ano passado. Então não diminui por controle dos programas, diminui por uma questão de imunidade, diminuição de suscetíveis e diminuição de circulação virial. A situação de risco piorou. Temos mais focos de Dengue no Estado em 2017, do que tinha em 2016. Tem 62 municípios considerados infestados, era 44 no ano anterior. Essa é a situação do Aedes. Distribuição da cor azul no mapa é o número de focos identificados por cada semana epidemiológica de 2016 e a cor vermelha, o ano de 2017. É importante para o controle dos focos, o inverno. Quanto mais rigoroso o inverno, provoca uma parada no crescimento do mosquito. Não tivemos inverno rigoroso e isso dificultou bastante o controle do crescimento do mosquito do ano passado para este ano. Com as cores mais escuras estão sinalizados os municípios infestados no Estado de Santa Catarina, estão sinalizados Florianópolis e São José, além de Itajaí. Dados de Balneário Camboriú, em 2017, existe um trânsito muito grande de pessoas entre Balneário Camboriú e Florianópolis no verão, então, se começar a ter a doença lá, vai se sustentar com o número de focos que eles tem e a probabilidade de passar para Florianópolis também aumenta, pois é normal irmos a Camboriú e o pessoal de lá vir a Florianópolis. Os turistas fazem isso. Na região Oeste, destaques para Xanxerê e Chapecó, historicamente, tem problemas. Itajaí, uma das regiões de primeira epidemia no estado, de novo registra focos. Florianópolis é o sexto município mais infestado do Estado, atualmente. Na região metropolitana: Biguaçú está com 9 focos, Palhoça com 8 focos, Santo Amaro da Imperatriz está com 2 focos, são os municípios do nosso entorno. São José está com 222 focos, é guase o dobro do que foi registrado no ano anterior. E, Florianópolis, 472 focos, mais que 40% do registrado no ano passado." 5.4 CONSELHEIRO MARCOS PINAR: ressalta que isso vai muito do trabalho feito pelos técnicos. Quando estes não fazem a pesquisa direito, não acham o foco. 5.5 ANA VIDOR: "Aqui compartilhei algumas preocupações sobre o concurso e o número de agentes em campo. Tínhamos um determinado número de agentes em campo em 2008, em 2009, foi guando saiu da AFLOV e veio para a Prefeitura, acompanhei isso. Teve, ao longo dos últimos anos, uma redução do número de agentes, até ficarmos com menos de 40 agentes para cobrir o município inteiro em 2011 e 2012. Em 2014 realizamos o processo seletivo e colocamos mais agentes em campo, chegamos a quase 100 agentes de campo, mas sem os supervisores de campo e, infelizmente, estamos perdendo novamente o número de agentes de endemias. Se procurarmos menos, acharemos menos focos. Acharemos que está tranquilo e vai ter menos capacidade de tomarmos as medidas preventivas. É muito importante que nos mantenhamos em alerta, isso não é um problema só do verão, é um problema que temos que cuidar no ano inteiro, para não estourar no verão. Apesar das dificuldades, houve uma reorganização das armadilhas e da distribuição das armadilhas em 2015 e 2016. Achamos mais de 44% de focos em 2017, que ainda não acabou, do que achamos em 2016 inteiro. Uma coisa que ainda não tinha visto acontecer aqui, é que agora estamos tendo focos em todas as regiões da cidade ao mesmo tempo. Antes tínhamos problemas locais, por exemplo: no norte, então resolvíamos o problema; depois, surgia no Itacorubi, então resolvíamos o problema e etc. Ao mesmo tempo, é uma característica que fica mais difícil de cuidar. Já temos a região do Continente infestada há 2 anos; Canasvieiras, Ingleses, Canasjurê, Itacorubi, e outras regiões menores sinalizadas no mapa com área infestada (mapa de ontem). Na região do continente não chega a ser surpresa, pois está assim já algum tempo. O diferencial são os focos localizados na margem direita da Via Expressa: Abraão, Coqueiros,

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

Itaguaçu, era uma região que estava livre. Antes, os registros de focos eram concentrados na esquerda da Via Expressa e, agora, está começando atingir ali também, isso é preocupante. Na região do centro, no entorno da Rodoviária Rita Maria, onde chegam veículos de fora, sendo uma área bem sensível de entrada da cidade, está com vários focos. A região do entorno da Universidade Federal está infestada, infelizmente está região da UFSC é uma das regiões críticas. No norte, onde ocorreu o primeiro caso de autóctone de Dengue, em Canasjurê, também esta região está infestada. Estamos tendo recidivas de focos, apesar de diversas ações, não conseguimos controlar. Infelizmente, Canasvieiras que não estava infestada, já se encontra infestada e a região dos Ingleses também. Por que é importante compartilharmos isso? Na região norte, registramos o aumento de focos, confirmado pela sinalização no mapa, e é onde temos a maior concentração de Turismo nos próximos meses, onde temos a maior probabilidade de recebermos pessoas de fora do município e que podem desenvolver a doença. Diferente do que falamos sobre a Leishmaniose, este vetor se desenvolve dentro das nossas casas, ele é peridomiciliar, ele gosta da nossa residência, do nosso terreno, então precisamos de uma união: população, empresas e governos, cada um cuidando dos seus ambientes para que possamos reduzir o número de focos. Isso é o que vai diminuir a probabilidade de uma epidemia. Se não tiver mosquito não tem Dengue, quanto menos mosquito, menos Dengue, menos Zika e menos Chicungunha. Aliás, a Chicungunha tem assustado mais neste ano, o número de óbitos relacionados aos casos proporcionalmente aumentou. Não era muito conhecida anteriormente, sem falar das seguelas: a pessoa pode ficar com dor crônica por vários anos, dor, inclusive, incapacitante. Pode ter impacto econômico grande em determinadas populações se passarem por uma epidemia de Chicungunha. Como combatemos isso? cuidando do nosso ambiente! E, mais que pensar em culpabilização - somos humanos, esse sentimento é normal, mas, com certeza, todos poderiam estar fazendo mais. O resultado mostrado na apresentação identifica que poderíamos estar fazendo mais e juntos. Compartilhamos este problema com o Conselho para ser um parceiro forte na reversão deste cenário: na ajuda, no controle e na mobilização junto aos Conselhos Locais de Saúde. Para que as pessoas, dentro de suas comunidades, conhecendo a sua realidade, identificando as suas situações de risco, possam ajudar. Pois, mesmo que tivéssemos o número de agentes de endemias necessários, isso não significa que conseguiríamos controlar. Isso está dentro das casas das pessoas e existe uma limitação da capacidade de atuação. É preciso que as pessoas entendam o risco, para mudar os hábitos. Não é algo fácil, precisa ser construído, desta forma, necessitamos muito dos Conselhos Locais de Saúde nessa parceria." 5.6. CONSELHEIRA CARMEN: "Sou Conselheira Municipal também faço parte do Conselho Local de Saúde do Pantanal e há 3 anos estamos tratando da questão do lixo e do saneamento básico. São pontos cruciais que se deve trabalhar nas comunidades, nas escolas, no meio empresarial e nos nossos Centros de Saúde. Porque o acúmulo de lixo, no meu bairro após o vendaval que deu, e percebi está acumulado há 15, 20, 30 dias, tem colchões e uma serie de coisas, situação propícia para gerar focos de todos os insetos que fazem mal a saúde. Não só essas doenças, de programa a nível nacional, mas o rato. Tem muitos ratos. Encontramos muitas coisas no meio ambiente das comunidades, principalmente no meu bairro. Sobre o serviço da COMCAP, acho que deveria ter coleta de lixo reciclável pesado constantemente, mensalmente, não de 6 e 6 meses. E a limpeza, onde é responsabilidade do poder público, das calçadas e das ruas, também devem acontecer. Notase que a limpeza fica restrita nas ruas principais, onde transitam mais pessoas, mas no interior do bairro, nas áreas escondidas, permanece ainda muita sujeira." 5.7 CONSELHEIRO MARCOS PINAR: "A minha crítica, não foi só pensando em nós, mas nos outros também, é referente a quando não fizemos o diagnóstico. São José melhorou, desde o ano retrasado, quando começamos a discutir a Dengue, os números de São José eram ridículos. Sendo que o número na região do Continente é enorme. A pergunta é: Como pode ter tantos focos em Florianópolis

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809 810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837 838

839

840

841

842

843

844

e em São José que é ao lado ter menos focos? Percebíamos que tinha algum problema: a fiscalização. Quero fazer a discussão referente a Palhoça. Na Palhoça tem um bolsão de pobreza enorme, que é a localidade Frei Damião, com 8 focos. Não está sendo feito um trabalho de fiscalização nessas regiões, e aí são números que vão ser enganosos. Não adianta termos números altos aqui e na outra região, um número fictício, pois sabemos que pelas características de cada local, os números podem não ser verdadeiros. Perguntas: 1) O que podemos fazer para que possamos endurecer com São José e Palhoça, para que tenhamos números mais reais? 2) Quantos agentes de endemias temos hoje? Informou que chegamos a ter 100, mas deve ter caído. Se há uma queda, o que estamos fazendo para cobrir o trabalho? Como diminuiu a equipe, diminuiu o trabalho. Com está sendo feito? tem horas extras para esse pessoal? tem atividades de cobertura provisória até termos o número certo de profissionais? Temos que refletir, estamos com duas situações que podem estourar: a Leishmaniose e a Dengue. A Dengue já temos mais experiência, mas a Leishmaniose é mais complicada. O que como Conselho Municipal de Saúde podemos fazer? Estamos preparados para fazer esse debate? " 5.8 CONSELHEIRA MARIA: "A Conselheira Carmen salientou muito bem, sobre a questão do lixo. Tivemos alguns problemas neste ano, como a greve da COMCAP e paralisações. Eu resido em Canasjurê e fiz uma denuncia de um jardim suspenso com bromélias ao lado de minha casa. E a resposta que obtive é que não poderiam entrar na casa. E o jardim fica cara a cara comigo, ele é suspenso e minha casa é no primeiro piso. Eu vejo isso todo o dia, já comentei com o pessoal, eles disseram que aquilo é um jardim suspenso, onde a mãe tinha uma adoração e eles tratam - e não tratam - e é uma preocupação. Eu percebi que em 2015, a Dengue veio a tona e tínhamos mais agentes nas ruas. No ano passado, a mídia deu uma atenção maior e vemos as coisas. É como os casos de infecção na praia, em função da água e de outras coisas e no ano passado não vi isso. Quando a mídia da uma ênfase, vemos a No ano passado não tivemos tanta mídia, e aí é descoberto, vem a tona e aumentou muito mais. Neste ano, o Secretário já apresentou uma preocupação com a Leishmaniose, a respeito que muitos animais são de estimação; qual seria o custo para tratarmos esses animais; se teriam que ser exterminados em função da propagação e está cada vez mais aumentando. Qual a ação efetiva que está acontecendo? A Secretaria está preparada para controlar isso? Como vamos fazer?" 5.9. CONSELHEIRA CECÍLIA: Quando se iniciou os casos de Dengue em Florianópolis a mídia ajudou bastante, divulgando e foi feito uma grande campanha. Já pensaram em continuar isso? Eu tenho essa sensação e, acho que a população também, que está tudo controlado. Que está tudo tranquilo e não está acontecendo nada. Quanto a vacina? Não existe uma vacina para este animal? Estava lendo a respeito e existe, mas não sei se é muito cara?" 5.10 CONSELHEIRO ADALTON: "Sobre a Leishmaniose, a respeito da exterminação desses animais, existe uma ação conjunta da vigilância com o DIBEA (Divisão do Bem Estar Animal)? Como fazem? Estou preocupado. Sobre a Chicungunha, percebi que aumentou em Florianópolis de 5 para 9 casos. Ao contrário no Brasil, que diminuiu. Tem o porquê disso em Florianópolis?" 5.11 ANA VIDOR: "Sobre a questão dos municípios da grande Florianópolis, é importante fortalecer a Sala Estadual de controle das doenças transmitidas pelo Mosquito Aedes, porque é o Estado que faz a articulação com os outros municípios. São José é prioritário porque está do lado, inclusive para ações de fiscalizações e de raio de tratamento, pois às vezes achamos um foco que de um lado da rua é Florianópolis e, no outro, é São José. Precisamos trabalhar em conjunto. Para Palhoça é importante, de uma maneira geral, mas o impacto direto não é tão grande. E que o Estado consiga apoiar as gestões locais, porque a autonomia é da gestão local, temos a nossa autonomia. Existe a Sala de Situação da Leishmaniose que envolve dados da Secretaria de Saúde, o Estado a Universidade, várias entidades de representações de animais, Conselho de Veterinária, para discutir todos os aspectos e dados. Tivemos reuniões sobre quais são as melhores evidências científicas, o que está comprovado e o que não está. Estamos lidando

845

846

847

848

849

850

851

852

853 854

855

856 857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

com uma situação complexa, que envolve sentimentos e, às vezes, as pessoas trabalham as informações conforme lhes parece mais adequada, conforme seus interesses. Por isso é importante que as informações sejam mais disseminadas para que cada um possa fazer o julgamento. Para não serem apenas bombardeados por informações e não saberem o que é real, resultando em ações não eficientes. Uma ação milagrosa para resolver o problema não existe, temos experiências de outros países que lidam com a questão da Leishmaniose há mais tempo e não tem. Necessitamos de todas as ações simultaneamente e de forma mais responsável. Esse vírus não é fácil de identificar, começamos com 10 casos identificados e tivemos muitas dificuldades de atuação e ficamos na discussão. Hoje temos, aproximadamente, 140 cães vivos e identificados com Leishmaniose circulando, que estão neste processo da discussão do que fazer, pela lista que temos de controle. Fora, a necessidade de expansão de inquéritos para conseguir descobrir mais casos, se não procurarmos, não acharemos. Descobrimos através do inquérito sorológico, se passa nas regiões, se realiza o cadastro dos cães, coleta amostra de sangue dos cães e envia para o laboratório e assim que é feito o diagnóstico. Existe uma vacina para Leishmaniose comercializável, mas ela não tem eficácia adequada, infelizmente, não pode ser recomendada em nível de saúde pública. O tratamento ajuda a prolongar a vida do cão, mas não elimina sua condição de hospedeiro, ele continua com a Leishmania e pode continuar transmitindo mesmo sendo tratado. Tem as coleiras, inclusive, que o poder público tem distribuído periodicamente, o Ministério da Saúde enviou um lote há um tempo atrás, parece funcionar, mas tem uma ação limitada, pois se o cão é de maior porte, a parte da cauda fica descoberta e é onde o mosquito gosta de picar. Sugestão de encaminhamento: compartilhar informações e vir discutir isso junto a este Conselho sempre que for necessário. Estamos a disposição. Em relação ao lixo, a COMCAP é o parceiro mais importante na Sala de Situação Municipal e realizamos muitas ações conjuntas em 2016. A COMCAP precisa atuar mais do que vem atuando e o sucateamento da COMCAP não é contribuiu para isso, falta caminhões, containers etc. No verão passado, concentraram os recursos na praia. Isso fez com que as regiões central e continental, e outras regiões, tivessem acúmulos de lixo, como não víamos no município. Discutimos isso na Sala de Situação. Queremos fortalecer a Sala de Situação em 2017, foi ano de troca de gestão e os parceiros estão sendo identificados. Mesmo que a COMCAP funcionasse de forma perfeita, devemos lembrar que este mosquito não é um mosquito da sujeira. Ele é um mosquito da água parada, nos acúmulos de água da chuva no pratinho das plantas nas residências, nos potes, nas garrafas, copos, nas calhas das casas, tampa da caixa da água, etc. e as bromélias tem que serem lavadas com jato de águas duas vezes por semana. Quando informam que não podem entrar na casa, enviem esta resposta para nós, para que possamos resolver. Conseguimos com a Sala de Situação, no ano passado, regulamentar a entrada dos agentes identificados em domicílios em situação de risco, aumentou-se o arcabouço jurídico para permitir a entrada dos agentes. Temos casas que permanecem fechadas e, nos balneários, sendo utilizadas apenas no verão, e conseguimos entrar, é um processo exequível. É um trabalho complexo e importante identificar esses pontos de fragilidade. Sobre o lixo, temos que retirar o lixo da rua também porque não queremos leptospirose." 5.12 CONSELHEIRA MARIA: "é muito caro esse exame do soro? Como não tem agentes suficientes para ir nas residências, quem sabe um ação pontual, onde o dono do animal levasse para realizar o exame no laboratório? Assim o dono manteria seu cão imune. É uma preocupação, uma vez que quem tem animal de estimação não quer sacrificá-lo." 5.13 ANA VIDOR: "Esse exame é feito pelo Laboratório de Saúde Pública e só é reconhecido como método do laboratório de saúde pública- o LACEN – somente o LACEN está credenciado pelo Ministério da Saúde a dar ESTE diagnóstico. O cão só estará imune se estiver longe das zonas de transmissão e não levar para perto de uma zona de mata. O cão pode ser submetido ao exame e não ter adquirido a Leishmaniose até aquele momento, mas não estará livre de

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

pegar" 5.14 CONSELHEIRA GIORGIA: "A Sala de Situação foi uma batalha por muito tempo para conquistarmos mudança de legislação, estratégias inovadoras, tentar abordagem junto a população, com as escolas, envolvendo a população que temos, são 30.000 crianças nas escolas todos os dia e que, de alguma maneira, a mensagem chega nas casas. A Sala de Situação no município em 2017, custou a engrenar e alinhar novamente, isso depende da articulação dos secretários e do prefeito. A mídia ajuda, mas e a gente que faz acontecer dentro do município. Sugestão sobre a Leishmaniose: no ano que vem, me coloco a disposição de criarmos uma estratégia de formação com os nossos professores de ciências. A Gerusa colocou que os Conselhos Locais levantaram isso como uma possibilidade e acredito ser uma possibilidade bastante exequível. Sugestão sobre a Dengue: retomarmos as ações da Dengue, onde as crianças desenvolveram ações criativas em muitas Unidades Educativas e nos bairros. Juntar lixo, latinhas, coisinhas pequenas que acumulam água, fez um efeito bastante grande sobre as crianças, isso mobilizou todos para a campanha das tampinhas, para a campanha de esterilização dos animais, foi muito educativo. Em relação dos agentes de endemias e sobre as ações da DIBEA sobre os animais de rua. Não tem lugar onde deixar o animal ferido, atropelado, levamos para o DIBEA, mas depois temos que buscar e fazer o acolhimento. Qual a estratégia da DIBEA, porque o aumento é de 500% em 7 anos! É muita coisa. Não parece significativo porque vemos Dengue, Chicungunha o número é muito maior, números de focos são maiores, mas 500% de aumento, também é bastante significativo!" 5.15 PRESIDENTE: "No site da secretaria tem orientações sobre as dúvidas e inquietações levantadas aqui. São perguntas e respostas elaboradas pela Sala de Situação e que vocês podem divulgar. São principais questões com respostas padronizadas pactuadas na Sala de Situação: qual o efeito da vacina? como podemos tratar? qual é o efeito da coleira? posso levar no mato? etc. Então, vamos fazer divulgação do site. Quero alertar ao Conselho Municipal os comentários na internet de uma senhora a chamada Rosa Vilanueva, tem postado no facebook, que os funcionários da Vigilância Sanitária estavam pegando os cachorros na marra para matar e pediu que as pessoas negassem que os cães pudessem fazer a sorologia. Isso na primeira postagem, na segunda postagem ela conclamou a população e ameaçou que se os agentes comunitários fossem na sua região, correriam risco de vida. Essa pessoa está colocando em uma situação de risco não só as pessoas, mas como os outros animais, porque quando faço o censo de animais e identifico os animais doentes - e existe em Florianópolis cerca de 50.000 animais, cachorros - aproximadamente, os casos epidemiológicos mostram que deve ter em 3.000 animais contaminados. Ao não inquirir esses animais contaminados, colocamos em risco não só as pessoas como os outros 50.000 animais que podem passar a se contaminar com esses animais que estão ali. É como ter alguém doente em casa e não querer que ele faça exame para saber se está doente! O exame sorológico é uma oportunidade ao indivíduo de assumir a responsabilidade como cuidador do animal e tratar em casa ou procurar uma unidade da vigilância e entregar o animal para eutanásia. O que não queremos é que aconteça o que ocorreu em 2007 no qual estamos colhendo os resultados do censo, no Canto dos Araçás, onde foram detectados os primeiros casos. As pessoas ficaram com pena de sacrificar seus animais e também não queriam a responsabilidade de tratá-los. O que fizeram? abandonaram os animais contaminados em diversos bairros! Colocando em risco os outros animais. Não queremos que isso aconteça. Pois se aconteceu lá, no Canto dos Araçás, com 20 animais contaminados, agora, com 200 animais contaminados, começarem a abandonar nas ruas, é risco para a saúde pública! Quando uma mulher como essa, que se diz defensora de animais, apresenta essa ameaça de não deixar recolher o sangue dos cachorros, pois não é para tratar, mas para matar, ela está colocando em risco as pessoas e outros animais. Nosso pessoal da vigilância, chegou ao ponto, via sindicato dos profissionais, publicou que não vão mais aos lugares fazer os exames nos animais, pois não tem segurança. O que manda a legislação quando localizam um animal contaminado? é necessário fazer uma circunferência e

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

devo examinar 100 animais ao redor daquele animal contaminado. E a partir daí faço um censo animal. Quando tem uma ameaça desse tipo, todos correm riscos. Sugestão: qualquer dúvida, olhar nosso site, divulgar o site na população. A mídia enfoca notícias, mas não tem a mesma repercussão. Nossa responsabilidade é focar na conscientização. Trabalhar com a criança, trabalhar na escola é uma questão norteadora. Temos também que cuidar as notícias falsas da internet. Se para Dengue, o problema é a água parada, para o Mosquito Palha, o problema é o lixo. Temos que cuidar da água e da sujeira. Todos os parceiros são importantes para a reversão deste quadro. Temos o problema que não podemos contratar Supervisores de Campo de Endemias, por causa do limite prudencial, queremos contratar 5, mas não temos autorização e isso atrasou o preenchimento do LIA – cadastro do Ministério da Saúde." 5.16 CONSELHEIRO MARCOS PINAR: Sugestão: "Encaminhar 3 nomes de conselheiros para fazer parte desta discussão na Sala de Situação, para levar o olhar das comunidades. Já tem o nome da Janaína, que acompanhou a primeira reunião, e acrescentamos: Marcos Pinar e Giórgia." 5.17 PRESIDENTE: "Essa pessoa está divulgando falsas noticias falando que somos assassinos e ele é a defensora dos animais. Isso é um desserviço, um desrespeito aos profissionais que fazem juramento em defesa dos animais. Temos que alertar as pessoas. Vamos divulgar nosso site com informações pactuadas na Sala da Situação, formada pela Sociedade Protetora dos Animais, Universidade, Ministério Público, OAB. A exterminação em massa não é consenso internacional. A castração é um consenso mundial. Devemos identificar os animais comunitários, fazer controle sanitário, fazer o exames, castração gratuita e distribuir as coleiras, mas lembramos que as coleiras só protegem por um período de 3 meses. Importante informar que o Prefeito não tira dinheiro da saúde SUS para fazer isso. Vem de outros recursos próprios e não são contabilizados dos nossos recursos. Todas as decisões financeiras são pactuados aqui. Para contabilizar esse gasto, tem que ser pactuado entre nós aqui no Conselho, se estamos dispostos a assumir esse gasto. Há vários pareceres, de diversos lugares, proibindo de retirar dinheiro da saúde para custear tratamento de animais. O tratamento custa por volta de R\$ 3.000,00 e não cura o animal; vamos fazer isso? somente se tomarmos a decisão aqui e mesmo assim, podemos ser questionados, como em Porto Alegre, onde o Ministério Público proibiu isso. Se com a Leishmaniose é difícil, com a Dengue á questão é nãop se omitir. Nosso foco não é a Dengue, é o Mosquito, que hoje transmite três vírus, mas se não controlarmos, amanhã serão outros vírus. A ideia de acabar com o mosquito é primordial, mas como? usando evidências, por isso não fazemos pulverização com inseticida, pois agride outros animais também. Porque não pegamos a construção ilegal? não permitem que os fiscais da SUSP tenham acesso em alguma localidades. A prefeitura encaminha para a justiça para obter a autorização de demolição, mas a resposta é negativa, pois tem uma família dentro. Estamos preparados para um surto de Dengue hemorrágica? sim e não. Sim, temos experiência sobre a doença, sabemos como tratar; temos hospitais e leitos preparados para isso? não, nossas emergências estão lotadas. Ninguém está preparado para uma epidemia, mas não quer dizer que não sabemos como conduzir, caso ocorra uma epidemia. Em qualquer doença grave, o diagnóstico precoce é fundamental. Sobre a vacinação contra a Dengue: estamos acompanhando as contraindicações apresentadas, da utilização e aguardamos evidência científica e o governo brasileiro assumir a vacina. Mesmo com a vacina o problema não estará resolvido. Porque o mosquito continuará transmitindo Chicungunha e outras doenças. Um vírus estando sobre controle, não significa que diminuiremos ao combate ao mosquito. Periodicamente, traremos para este Conselho os resultados da Sala de Situação para debatermos o tema." 5.18 CONSELHEIRA LEONILDA: "Essa pessoa, que o Secretario referiu, não tem mais autoridade que a Secretaria de Saúde, que o Secretário de Saúde, que o Presidente do Conselho e que o próprio Conselho. Não devemos levar em conta. Ela pode estar influenciando algumas pessoas, mas devemos divulgar na imprensa informações corretas, temos toda a credibilidade para enfrentar. É grave, teremos que sacrificar alguns

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

10111012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

10421043

1044

animais, uma medida que tem que ser tomada, infelizmente. Tem nosso apoio e apoio do Conselho." 5.19 PRESIDENTE: "Compartilhei isso, por que é verdade, ela ameaçou nossos fiscais, e eles se sentiram ameaçados e pararam de ir em algumas comunidades para coletar o sangue dos animais. Realizamos Boletim de Ocorrência na Polícia. São áreas de risco que nem a polícia consegue ir. Sem segurança, não posso submeter o pessoal da vigilância e os veterinários a entrar nessas áreas de risco. Nossa legitimidade, muitas vezes nestas áreas, não é tão forte quanto essa pessoa que está inserida na comunidade e consegue sensibilizar os demais moradores. Estamos deixando de fazer o que é essencial, que é analisar todos os animais da região. Marcamos uma carrocinha para pegar os animais comunitários para fazer a castração e ela influenciou que ninguém levasse os animais para castração. Nosso Pessoal não levou nenhum animal, pois ela divulgou que seria praticado eutanásia. Como essas pessoas, às vezes, tem mais credibilidade local do que os poderes instituídos, elas colocam em risco as questões de tratamento para a saúde pública." 5.20 CONSELHEIRA LEONILDA: Mas se deixarmos claro para esta comunidade, que esta pessoa vai ficar responsável pelo que possa vir acontecer, essa comunidade vai pensar duas vezes. 5.21 PRESIDENTE: "Na próxima vez, faremos isso!" 6. INFORMES. 6.1 CONSELHEIRA CARMEN: "No dia 13 de dezembro, houve a reunião do Conselho Local do Pantanal e formaram uma comissão para acompanhar a obra. Através de ofício que vou entregar aqui, solicitam a cópia do contrato da empreiteira para acompanhar a responsabilidade da empreiteira e também uma cópia da planta. Já tivemos, há 3 anos atrás, uma cópia da planta, na época a coordenação do Centro de Saúde era a Dra. Elizabeth. Essa comissão conta com 5 pessoas que vão se revezar de forma a fazer este acompanhamento, Temos a preocupação do córrego atrás do Centro de Saúde, o que vai ser feito? pois se der uma chuvarada forte, ele pode transbordar, a construção ficou muito próxima do córrego." 6.2 PRESIDENTE: "Se eu fosse secretário na época, não teria autorizado a construção desta unidade neste local. A lei diz que não pode haver construções há 30 metros de rio, riachos e córregos. E fizeram. Agora, não faz sentido destruir. É um local que pode gerar mais mosquitos, enchentes, enfim, não teria construído lá. Não tenho resposta sobre o córrego, mas solicitamos limpeza para a COMCAP, para evitar prejuízos, deveria ter sido respeitado a legislação. Quanto a cópia da planta e do projeto é só entregar este ofício e a Gerusa viabilizará. Hoje recebi as fotografias, mostrando a colocação das janelas, portas e, na semana que vem, será colocado o alarme. As pinturas externas estão sendo feitas, com o alarme dentro, a empresa se sente mais segura para fazer as obras internas. A informação obtida pela fiscal de obra é que está dentro do cronograma estabelecido, inclusive autorizei o pagamento de R\$ 70.000,00 referente a metragem do que foi realizado nas últimas semanas." 6.3 CONSELHEIRA CARMEN: "Estamos observando pessoal trabalhando constantemente, vamos acompanhar e cobrar para ajudar a própria secretaria. Falaram em 7 meses, mas não acredito que em 3 meses, não sou especialista, pode terminar; mas em 3 meses, se tiverem o dinheiro, podem terminar." 6.4 PRESIDENTE: "Se não tiver o dinheiro, não finalizam, mas se tiverem o dinheiro, garanto que terminam no prazo, vamos ter que apertar eles um pouco. O Sr. Anilton está acompanhando lá no Campeche. Entregamos a Unidade da Barra da Lagoa, ficou ótimo! Está finalizando a Unidade da Coloninha, está quase pronta! A Unidade da Vila Aparecida ficou ótima! A Unidade da Tapera também! A Unidade de Jurerê ficou bom e ainda está faltando o ar condicionado que será providenciado nesta semana. Estamos com 14 Unidades de Saúde passando por melhorias na infraestrutura. Não são só esses problemas que temos para resolver, mas vamos resolvendo um de cada vez. A ideia é completar a manutenção em todas as nossas 50 unidades. Neste ano vamos trabalhar com 20 Unidades, e completaremos o restante no ano que vem." 6.5 CONSELHEIRO WANDERLEY: "Sobre o Centro de Saúde do Córrego Grande. Hoje estive lá para aplicar uma injeção e assisti a uma situação bem crítica, um rapaz chegou com problema de mosquito, todo inchado, e não conseguiu o médico, pois estava atendendo outra pessoa. Então questionei o por que. Então o médico veio

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

10711072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087 1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

e pediu para a enfermeira para fazer os primeiros atendimentos, que ele estava atendendo e a fila estava grande. Então, quero saber por que a Unidade Córrego Grande, tem apenas um médico? sozinho há 11 dias e o residente não apareceu mais. Apenas com um médico e quase entrou em atrito, ficou nervoso, pois estava atendendo uma emergência e chegou este rapaz, grave, outra emergência. Essa minha colocação é minha, como usuário. Eles tem até medo de falar, para não serem criticados, pois quem manda lá é um político." 6.6 PRESIDENTE: "A nossa rede recebe médicos residentes. Eles realizam a especialização deles na nossa rede. Não é só médico, tem enfermeiros, odontólogos, assistentes sociais. São profissionais, já tem seus registros nos Conselhos e optam por fazer especialização na nossa rede. Ficam conosco dois anos, temos visto com o Ministério da Saúde que os melhores, podem ficar até 3 anos, para serem melhor especialista. Grande parte dos resultados que temos na nossa rede se deve ao fato de 75% dos profissionais terem especialização. Os residentes eles tem o ano letivo deles, quando chega no final do ano, tem direito a férias. Se ele é UEB2 ele já concluiu, então vai embora. No ano que vem, assumimos outro residente que vai ficar dois anos conosco. Chega nessa época do ano, os que terminaram se especializam e vão embora. Realizamos concurso, somos uma das poucas cidades no Brasil que conseguimos preencher todas as vagas de saúde da família e temos disputa por vagas dentro da residência. Ainda faltam profissionais. E pode ter acontecido isso na Unidade de Córrego, e eles entram conforme o calendário acadêmico. Temos residentes da Universidade e da Prefeitura e não sei sobre o calendário, e eles tem que cumprir tantas horas. Pode ser que tenha acontecido isso, se formaram e agora temos que esperar o ingresso de novos residentes. Todos os residentes são pagos, são profissionais. Recebem o salário que a Lei Nacional de Residência estipula como salário. Atualmente nossa rede recebe mais de 2.000 alunos em formação por ano, de universidades públicas e privadas. Isso é importante, pois se formamos estes profissionais dentro da rede e, se conseguirmos atrair eles depois de formados queiram trabalhar dentro da rede, é melhor, pois já conhecem os valores. Quanto a questão política, chamei os dois no meu Gabinete, conversamos frente a frente, e eles vão voltar lá para pedir desculpas pelo mal entendido. O nome da coordenadora Carina, foi consenso do grupo da gestão, e permanecerá assim, não virá ninguém de fora." 6.7 ANA VIDOR: "respondendo a pergunta sobre o número de Agentes de Endemias. Atualmente, estamos com 67 agentes de endemias, confirmados pelo CCZ." 6.8 CONSELHEIRO VALTINHO: "Voltando as questões dos Agentes Comunitários, registrar que temos poucos, pois são os que deveriam fazer o trabalho educativo entre nós moradores e com o Conselho Local de Saúde. A dificuldade é que os Agentes que temos, não estão fazendo seu trabalho, estão atendendo as pessoas nas Unidades, fazendo ações administrativas. No Centro de Saúde Rio Tavares, vejo 3, 4 agentes comunitários que não deveriam estar lá. Eu pergunto o que fazem ali e respondem estamos quebrando galho. Senhor Secretário, devemos fazer um trabalho nos Centros de Saúde e colocar cada um no seu lugar, desempenhando suas funções, chega de quebrar galho. Quero registrar que nosso Conselho Local de Saúde tem eleições este ano e que o coordenador da Unidade de Saúde, pegou dois meses de licença, se afastou e não comunicou o Conselho Local de Saúde, também retirou o telefone do aplicativo whatsapp, que não iria atender, pois está com problemas de saúde. Na semana passada, teve dois casos no Centro de Saúde, houve uma agressão verbal, quase briga, gostaria de saber com o secretário se houve a reclamação, se houve registro de Boletim de Ocorrência. É muito preocupante." 6.9. PRESIDENTE: "Vamos nos interar do assunto. Não fui informado, mas vamos atrás das informações, ver com a coordenação e com o Distrito Sanitário Sul e tomar providências. Pode ser que tenha sido informado para o Dr. Núlvio, mas não tomei conhecimento. Vamos averiguar. Quanto ao papel do Agente Comunitário está sendo discutindo no Brasil, uma nova Portaria está sendo elaborada com as atribuições e papel legal. Até que ponto eles fazem acolhimento ou está sendo outro atendimento, estamos esperando esta Portaria para discutir. Estamos tentando através do projeto: Programa Brasil Padrão definir a atribuição de cada uma

1095 das pessoas, definir com clareza acesso, cuidado e integralidade, estamos discutindo isso para 1096 que em todas as Unidades de Saúde terem o mesmo tipo de procedimento. Espero que o 1097 Conselho Local de saúde me traga desvios de Agente como fato e não como denúncia, para eu 1098 poder cobrar de quem devo cobrar, ter nome, fotos, horários destes agentes que estão fora 1099 da Unidade não cumprem a função. Comunicar a Ouvidoria também." 6.10 CONSELHERIO 1100 MARCOS PINAR: Propõe encaminhamento sobre o percentual do orçamento para a Saúde. 1101 "Não conseguimos os 23% que gostaríamos, mas foi aprovado 19% para a saúde. Proponho Resolução deste Conselho indicando que seja feito o repasse da PMF para a Secretaria 1102 1103 Municipal de Saúde, mensalmente, de forma regular, de janeiro a dezembro, todo o valor 1104 referente aos 19%. Para não ocorrer o que aconteceu no ano passado (2016), que recebíamos 1105 11%, 12% em cada mês. A pressa de fazer a proposta é porque estamos no mês de dezembro, 1106 então já encaminharíamos desta reunião para a Secretaria da Fazenda e para o Prefeito uma 1107 Resolução deste Conselho indicando que todos os meses fossem encaminhados os 19%. Esta 1108 proposta já foi defendida nos movimentos que realizamos na Câmara, pela Conselheira Janaína e apresento para aprovação no Conselho." 6.11 PRESIDENTE: "Ontem, tivemos reunião com a 1109 1110 Comissão de Finanças para informações de quanto estava o percentual, mas não estava 1111 fechado o balanço naquele momento. O balanço vai fechar na semana que vem, devemos 1112 receber em torno de 17.8% ou 18.2% isso é o que temos de dados até agora. Tudo vai 1113 depender dos empenhos e pagamentos que vamos fazer. Contar com o duodécimo de forma 1114 adequada e regularmente auxilia bastante nas ações de planejamento e evita concentração ou 1115 inadequação das despesas sem que haja fluxo de caixa. Isso vale para o setor público e 1116 privado, tendo um fluxo de caixa que pode contar, consegues realizar um planejamento 1117 melhor. Entendo a dificuldade da Secretaria da Fazenda, mas a Resolução é um recurso que pode ser utilizado pelo Conselho." 6.12 CONSELHEIRA EDENICE: "Havia discussão que essa 1118 1119 pauta fosse encaminhada para o COMESC (Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução 1120 das Demandas de Assistência da Saúde de Santa Catarina) para fazer uma Lei Estadual com a 1121 Resolução de um doze avos, constando o repasse da Secretaria da Fazenda para a Estado e, 1122 automaticamente, do município também. Naquele momento no COMESC, vários juristas, 1123 entenderam que era inconstitucional. Porém, o Estado do Rio de Janeiro, elaborou o projeto 1124 de lei, já tem o parecer favorável à aplicação desta lei. Posso apresentar de novo esta 1125 discussão no COMESC, no ano que vem, e podes nos ajudar na Assembleia Legislativa para 1126 passar esse projeto de lei, que está parado com parecer de inconstitucionalidade, mas agora 1127 já tem precedente." 6.13 CONSELHEIRO MARCOS PINAR: "Com a aprovação da nossa Resolução, podemos procurar a Câmara de Vereadores, para fazer um projeto municipal e 1128 1129 podemos levar a Resolução para fazer o debate na Assembleia Legislativa para fazer o projeto de lei. Prometo, quando reabrir os trabalhos da Assembleia, levar na Comissão de Saúde." 6.14 1130 1131 CONSELHEIRA DANIELA: Sobre a constância do repasse, há um entendimento de que é 1132 inconstitucional passar um doze avos, porque é uma estimativa da receita, não tem como 1133 saber o total. Mas, a nossa lei do Fundo Municipal de Saúde, e esse é o entendimento de quem 1134 estuda isso, e já está na literatura, a lei do nosso FMS é de 1986, e temos a lei que 1135 regulamenta as formas de transferências, lei 141/2012 é uma lei complementar. Hoje a nossa 1136 lei do FMS não atende aos requisitos da lei complementar 142. Precisaríamos rever a lei do 1137 FMS, e lá deve constar, inclusive, os artigos e parágrafos que estão na lei 141 onde diz que o 1138 percentual aprovado na LOA é o percentual passado no mês. Já temos o respaldo jurídico legal 1139 e precisamos articular. Ajustar a lei do FSM de forma a atender a lei complementar, alinhando 1140 o que está preconizado. 6.15 CONSELHEIRO MARCOS PINAR: "Devemos elaborar a 1141 Resolução e cercar todas as possibilidades para tornar realidade. Com esta Resolução ficamos mais fortalecidos para fazer o debate na Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa. 1142 1143 Lembrar que não é uma proposta do Marcão, mas o coletivo do Conselho: Janaína, Nereu, 1144 Fernanda, todos nós, em assembleia falamos isso." 6.16 PRESIDENTE: "Todo o Gestor quer ter

essa segurança. Entendendo a posição da Secretaria da Fazenda que não pode garantir, se não sabe o comportamento da receita, o incremento é sazonal, enfim, eles têm os seus argumentos." Em regime de votação: Aprovado por maioria (15 votos) a elaboração da Resolução para o repasse regular mensal de 19% do recurso da PMF. 6.17 GERUSA: Vamos encerrar e iniciar nossa confraternização. O pessoal do almoxarifado tem que recolher algumas caixas e temos que dar licença para eles entrarem aqui no auditório. Lembrete: não houve hoje a discussão sobre o projeto de voluntariado, pois os residentes retiraram da pauta de dezembro, solicitando que passe para março. Na pauta da fevereiro vamos discutir a Prestação de Contas de 2017 e também uma parte do Relatório Anual de Gestão — RAG. Desejamos um Feliz Natal e em Ano Novo para todos e vamos a confraternização. 7. SUGESTÃO DE PONTOS DE PAUTA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DE №. 148, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2017. A pauta da fevereiro contemplará a Prestação de Contas de 2017 e também um aparte do Relatório Anual de Gestão — RAG. 7.1. Secretaria Executiva do Conselho, após consulta ao Presidente, encerra a sessão, às 17:00 horas, agradecendo a presença de todos, sendo a presente ata redigida pela e é assinada pelo 1º Secretário e Presidente.

Anexo



Lista de Presença dos Conselheiros

147ª REUNIÃO ORDINÁRIA | 19 DE DEZEMBRO DE 2017

| ENTIDADES | REPRESENTANTE | ASSINATURA |
|--|--|---|
| Presidente do CMS | Carlos Alberto Justo da Silva | / N |
| | ENTIDADES POPULARES | |
| CCT – Conselho Comunitário da Tapera | <u>TITULAR:</u> Edson Estanislau K. Souza | 700 |
| | <u>SUPLENTE:</u> Lisemary Rodrigues Almeira | 7 |
| CCPan- Centro Comunitário Pantanal | TITULAR: Carmen Mary de Souza Souto | Cumputo |
| | SUPLENTE: Albertina da Silva de Souza | Al Berline Pilo |
| FCM – Federação Catarinense de Mulheres | TITULAR: Janaina Deitos | FJ |
| | SUPLENTE: Cecilia Alves de lima | Cecilia Alves de Lormai |
| CONFIA – Conselho Comunitário dos Loteamentos Jardim Anchieta | TITULAR: Aparecida Eli Coelho | Excilia Alves de Lormai Aparece de El barbro |
| | SUPLENTE: Wanderley Vargas | (James) |
| Instituto Arco Iris | TITULAR: Irma Manuela Paso Martins | FALTA JUSTIF. |
| | SUPLENTE: Tatiane Santana Fuggi | |
| Pastoral da Pessoa Idosa – Arquidiocese de Florianópolis | TITULAR: Leonilda Delourdes Gonçalves | Deonilda 10. Goncabels |
| | <u>SUPLENTE:</u> Elisabete Soenes Vieira | |
| UFECO – União Florianopolitana de Entidades Comunitárias | TITULAR: Marcos Cesar Pinar | Muone |
| | SUPLENTE: Darcy Evangelista Zamora | |

Página 1 de 4



Lista de Presença dos Conselheiros

147ª REUNIÃO ORDINÁRIA | 19 DE DEZEMBRO DE 2017

| ENTIDADES S | INDICAIS E ASSOCIAÇÕES DE TRAB | ALHADORES |
|--|---|--------------------------|
| ASAPREV – Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis | TITULAR: Marli Rita Roveda | |
| | <u>SUPLENTE:</u> José Luiz Fernandes Cruz | |
| SINTRAFESC – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de Santa Catarina | <u>TITULAR:</u> Nadia Maria Elias | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Flavio Roberto Pilar | |
| AFABB – Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil em Santa Catarina | TITULAR: Francisco Teixeira Nobre | F.J. |
| | <u>SUPLENTE:</u> Joao Antonio Ferreira Leite | |
| OAB/SC – Ordem dos Advogados do Brasil | <u>TITULAR:</u> Johnson Garcez Homem | |
| | SUPLENTE: Silvia Machado Abreu | |
| ENTIDADES NÃO GOVERNAMEN | TAIS QUE ATUEM COM PORTADORE | S DE PATOLOGIAS CRÔNICAS |
| AMUCC – Associação Brasileira de Portadores de Câncer | TITULAR: Maria Conceição Machado Santos | Hobercoics |
| | SUPLENTE: Ulmar Calos Pereira | F.J. |
| ENTIDADE | S SINDICAIS DAS ASSOCIAÇÕES PA | TRONAIS |
| SINDCARGAS – Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Florianópolis | TITULAR: Valdete Cardoso Lobo SUPLENTE: Ivani Fátima Arno Coradi | Valdete C. Lolo. |
| | | |

Página 2 de 4



Lista de Presença dos Conselheiros

147ª REUNIÃO ORDINÁRIA | 19 DE DEZEMBRO DE 2017

| ENTIDADES SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE | | | | |
|--|---|--------------------------|--|--|
| SIMESC – Sindicato dos Médicos de Santa Catarina | TITULAR: Renato Jose Alves de Figueiredo | all higninedo | | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Vanessa Andrea de Souza | | | |
| CRO/SC – Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina | <u>TITULAR:</u> Adalton Vieira | Jair) | | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Valeska Madalozzo Pivatto | Valisto | | |
| SINDFAR-SC – Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina | TITULAR: Sidnei Batista de Souza | | | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Fernanda Manzini | | | |
| ENTIDADES SINDICAIS E ASSO | CIAÇÕES DE TRABALHADORES EM | SAÚDE DO SERVIÇO PÚBLICO | | |
| SINDPREVS/SC – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Santa Catarina | TITULAR: João Paulo Silvano Silvestre | | | |
| | SUPLENTE: Elisa Ferreira | | | |
| SINDSAUDE/SC – Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Florianópolis | TITULAR: Wallace Fernando Cordeiro | | | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Heloisa Helena Pereira | | | |
| | PRESTADORES DE SERVIÇOS | | | |
| AHESC – Associação de Hospitais do Estado de Santa Catarina | TITULAR: Marcello Alberton Herdt | | | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Anderson Schappo | | | |
| SINDILAB – Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anatomo-Citopatologia do Estado de Santa Catarina | TITULAR: Carlos Nyander Theiss | Allelle | | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Eduardo Comelli Goulart | | | |

Página 3 de 4



Lista de Presença dos Conselheiros

147º REUNIÃO ORDINÁRIA | 19 DE DEZEMBRO DE 2017

| | GOVERNO MUNICIPAL | |
|--|--|--------------------|
| SME – Secretaria Municipal de Educação | TITULAR: Giorgia Andrea Wiggers | Illingers: |
| | <u>SUPLENTE:</u> Vanessa Philippi Cecconi | y 50 |
| SMS – Secretaria Municipal de Saúde | TITULAR: Edenice Reis da Silveira | Edenie. |
| | <u>SUPLENTE:</u> Daniela Baumgart de Liz Calderon | Baumgoute |
| SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social | TITULAR: Karen Vieira Cherem | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Milena Gabriela Campagnolo | W . |
| SMI – Secretaria Municipal de Infraestrutura | <u>TITULAR:</u> João Henrique Quissak Pereira | fre Hym Old W. Din |
| | <u>SUPLENTE:</u> Marcio Ishihara Furtado | / |
| | GOVERNO ESTADUAL | |
| SES – Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina | TITULAR: Paulo Luiz Castanhede Orsini | |
| | <u>SUPLENTE:</u> Maria Bráulia de Souza Porto | |
| REPRESENTANTE | DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SA | ANTA CATARINA |
| UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina | TITULAR: Douglas Francisco Kovaleski | FJ |
| | <u>SUPLENTE:</u> Isabela de Carlos Back | |

Página 4 de 4